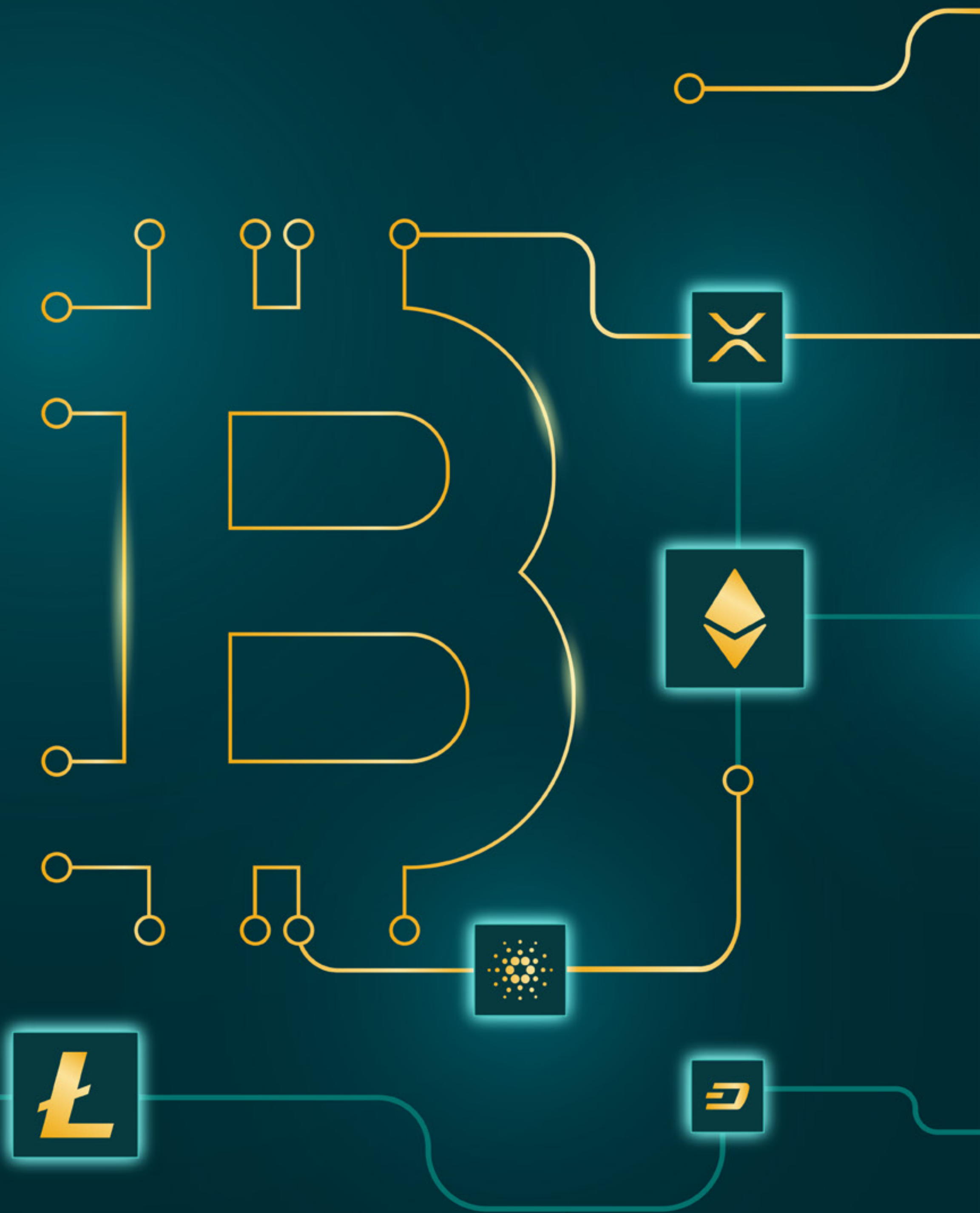


BLOCKCHAIN RELATÓRIO **LATAM** 2025

PRINCIPAIS ATUALIZAÇÕES
REGULATÓRIAS E DO ECOSSISTEMA
NA AMÉRICA LATINA

SHERLOCK
COMMUNICATIONS





CONTEÚDO

□ Carta do nosso Sócio-diretor

□ Prefácio

□ Argentina

□ Brasil

□ Chile

□ Colômbia

□ Costa Rica

□ Equador

□ El Salvador

□ México

□ Paraguai

□ Peru

□ Venezuela

□ O que dizem os desenvolvedores blockchain?

□ Análise de Dados Onchain

□ Metodologia e Limitações

□ Dados Onchain: Principais Insights

CARTA DO NOSSO SÓCIO-DIRETOR

Prezados leitores,

Tenho o prazer de apresentar a sexta edição do nosso Blockchain LATAM Report. Esta publicação anual reforça nosso compromisso em aproximar a América Latina do restante do mundo, destacando o crescimento regional e a adesão às tecnologias Web3.

Enquanto muitos dos principais players da indústria cripto global mantêm os olhos voltados para os Estados Unidos, atraídos pela promessa de um ambiente favorável no maior mercado consumidor do mundo, a América Latina permanece como um espaço estratégico e único para o desenvolvimento de blockchain e Web3. Afinal, a região oferece uma grande diversidade de mercados e uma multiplicidade de iniciativas — legais, comerciais e técnicas — que não param de crescer.

Argentina, Brasil, El Salvador, Colômbia, Peru e México se destacam como países que contribuem ativamente para o crescimento desse ecossistema, embora de maneiras diferentes. Além de empresas e clientes do setor financeiro nesses países, a tecnologia está sendo utilizada em diversas áreas, como agricultura e terceiro setor, com o blockchain viabilizando novas formas de doações para causas sociais.

Nesse sentido, a Sherlock Communications lançou recentemente o Dominó do Bem — a primeira plataforma baseada em blockchain para facilitar doações diretas a ONGs e instituições filantrópicas na América Latina, garantindo que 100% do valor doado chegue ao destino final.

Por toda a América Latina, é possível observar como o blockchain já está gerando resultados concretos, mesmo sem apoio institucional direto por parte dos governos. Um exemplo claro é o Paraguai, onde comunidades ativas estão promovendo projetos, debates e ações públicas sobre o tema. Casos como esse mostram o quanto essa tecnologia é relevante em um mundo cada vez mais interconectado, transversal e complexo.

Em 2025, a Sherlock Communications segue contribuindo para esse ecossistema vibrante, mostrando como a América Latina, com todo o seu potencial e seus desafios, ajuda a moldar o futuro por meio de aplicações diversas e projetos em desenvolvimento em torno de uma tecnologia que é, ao mesmo tempo, disruptiva e essencial.

O futuro do blockchain passa pela América Latina. Essa é uma realidade impossível de ignorar.

Boa leitura!

PATRICK O'NEILL

PREFÁCIO



Bem-vindo à sexta edição do Blockchain Latam Report. O cenário regulatório está avançando mais rapidamente do que os observadores mais experientes previam. Nos Estados Unidos, o GENIUS Act — um novo marco legal para stablecoins — e a implementação de uma Reserva Estratégica de Bitcoin já estão repercutindo por toda a América Latina.

Após o endurecimento das regras sobre exchanges e VASPs no período pós-FTX (2022–2023), acredito que os próximos 18 meses trarão uma onda de regulações mais favoráveis ao setor de criptomoedas em todo o mundo, com maior intensidade na América Latina.

Encaro este momento como a largada de uma corrida no mercado de criptomoedas, semelhante às corridas espaciais ou de inteligência artificial. O desenvolvimento de software impulsionado por IA, cada vez mais acessível, está acelerando a inovação em Web3. E a convergência entre IA e crypto, como na verificação de procedência em cadeias de suprimento ou na prova de autoria on-chain, tem potencial para transformar radicalmente a sociedade.

Nos próximos anos, veremos enormes oportunidades com a Web3 na América Latina, um verdadeiro farol de esperança em tempos de hiperinflação, corrupção e erosão da confiança nas instituições. A tecnologia também promove inclusão social e abre caminhos para transformar nossa realidade.

Atualmente, a maioria dos latino-americanos usa blockchain principalmente para proteger-se contra a inflação e os riscos cambiais, por meio do Bitcoin e de stablecoins. DeFi, altcoins e dApps de grande escala ainda carecem de regras claras, mas essa clareza está por vir. E, quando isso acontecer, fique atento ao surgimento de:

- Viagens, remessas e comércio com stablecoins
- Rastreabilidade de cadeias produtivas em moda, mineração e alimentos
- Auditorias eleitorais on-chain
- Tokenização de imóveis e títulos públicos
- Mercados diretos entre produtores rurais e consumidores
- DeFi de massa, GameFi e redes sociais on-chain

Neste relatório, analisamos o estado atual do blockchain em onze países da América Latina, examinando ecossistemas e estruturas jurídicas emergentes em toda a região. Também apresentamos dados onchain que ilustram a atividade de crescimento entre as blockchains mais usadas na América Latina nos últimos 12 meses.

Em 2017, li que “o blockchain fará com as finanças o que a internet fez com a mídia”. Oito anos depois, essa mudança de rumo está cada vez mais próxima. Aproveite a jornada.

LUIZ EDUARDO ABREU HADAD

Sherlock Communications Investigador Principal

ECOSSISTEMA

A Argentina é o país líder da América Latina em recebimento de valores em criptoativos. Embora o *Global Crypto Adoption Index 2024* da Chainalysis posicione o país em **15º lugar no mundo e 4º na América Latina**, o relatório também mostra que os argentinos receberam **US\$ 91 bilhões** em transações on-chain entre julho de 2023 e junho de 2024, sendo o país mais ativo no recebimento de cripto, superando o Brasil, mesmo com apenas 20% da população brasileira.

A hiperinflação (211% em 2023 e ainda cerca de 118% ano a ano em dezembro de 2024), somada ao limite de US\$ 200 mensais para compras oficiais de dólar, empurra os poupadores para os “cripto dólares” (USDT, USDC, DAI). Mais recentemente, nota-se uma mudança de preferência para o Bitcoin.

Na Argentina, os bancos ainda não têm permissão para oferecer produtos de criptoativos aos seus clientes. Isso marca uma grande diferença em relação à forma como a adoção acontece no Brasil e na Argentina — os dois maiores e mais relevantes mercados de criptoativos da América Latina.



Enquanto a adoção no Brasil é liderada por players do TradFi, o crescimento da Argentina é liderado por exchanges de cripto, e um sinal disso é o crescimento de 93% nos downloads de aplicativos de cripto ano a ano.

Quatro em cada dez sessões de usuários latino-americanos agora têm origem na Argentina, que lidera como o país com mais carteiras ativas na região e ocupa o quarto lugar no mundo em 2024. Binance e Lemon Cash somam 64% das carteiras ativas no país, consolidando sua disputa pelo mercado varejista de entrada (on-ramp).

As stablecoins continuam sendo os ativos cripto preferidos: 78% do volume de depósitos em 2024 foi feito em USDT ou USDC, mas há uma mudança de preferência dos usuários diante do novo contexto econômico.

Na exchange argentina Lemon, o volume de compra de Bitcoin cresceu três vezes mais rápido que o de stablecoins, elevando a participação do BTC nas carteiras de clientes para 36%, enquanto USDT/USDC caiu para 27%. A Lemon também divulgou um relatório afirmando que as compras de Bitcoin e altcoins aumentaram 126% e

[159%, respectivamente, em 2024](#), em comparação com um crescimento de 44% para stablecoins.

Os picos de atividade em março e novembro coincidiram com quebras de preço do BTC, [provando que a demanda argentina está fortemente correlacionada aos ciclos globais](#) — e que os argentinos estavam comprando na baixa.

Aqui estão alguns casos interessantes acontecendo no ecossistema do país:

Mais de 130 estabelecimentos físicos em Buenos Aires agora aceitam Bitcoin e stablecoins, de cafés a concessionárias de veículos. [O cartão Visa da Lemon lastreado em cripto ultrapassou 1 milhão de clientes.](#)

Freelancers e pequenas e médias empresas (PMEs) convertem renda do exterior diretamente em cripto para contornar os controles cambiais do governo. [45% dos depósitos em moeda estrangeira processados pela Lemon vieram do PayPal e outros 17% do Wise.](#)

[Usuários investiram US\\$ 30 milhões no Lemon Earn em 2024](#) — um aumento de 59% em relação a 2023. Os rendimentos médios em stablecoins do Aave V3 dobraram, chegando a 7,17%, com picos acima de 11% em meses de alta. Cerca de 75% dos saldos de rendimento estão em stablecoins, demonstrando o apetite argentino por renda passiva atrelada ao dólar.

A Ripio [aumentou sua base de usuários para 2 milhões](#), captou US\$ 50 milhões em investimentos e [continuou desenvolvendo a LaChain](#), uma blockchain EVM Layer 1 focada na tokenização latino-americana.

A [Koibanx](#), que fornece infraestrutura de blockchain para bancos, [anunciou parceria com a Algorand](#) com o objetivo de reinventar a infraestrutura financeira da América Latina.

O [Exactly Protocol](#), fundado por engenheiros argentinos, é um dos mercados de empréstimos a taxa fixa que mais crescem no Ethereum. A [OpenZeppelin](#) continua auditando contratos inteligentes globais a partir de Buenos Aires.

A [SenseiNode](#), empresa de infraestrutura, está implantando nós de Proof of Stake [na América Latina, promovendo descentralização regional.](#)

Outras iniciativas argentinas incluem [Balmy](#), [Belo](#), [Boulder Tech](#), [Decentraland](#), [DeFiWonderland](#), [Kleros](#), [LambdaClass](#), [Lemon](#), [Mimic](#), [Nomic Foundation](#), [POAP](#) e [Ripio](#).

A Argentina sediará o principal evento da Ethereum Foundation: **[Devconnect Buenos Aires, de 17 a 22 de novembro](#)**, com a primeira Feira Mundial Ethereum e um programa de bolsas com 100 vagas. Ainda em 2025, o projeto “Aleph” Pop-Up City da Crecimiento transformará

o centro de Buenos Aires em um campus de cripto e IA durante um mês (5 a 28 de março e 5 de agosto a 1º de setembro), atraindo mais de 5.000 desenvolvedores, artistas e formuladores de políticas públicas.

Esses eventos consolidam um calendário já denso que inclui a LaBitConf, sessões semanais do Espacio Bitcoin, e movimentos de base como Ethereum Argentina e Seed Latam, estabelecendo Buenos Aires como o hub Web3 mais ativo da América Latina.

As carteiras argentinas adotaram normas de proof-of-reserve (prova de reservas). [A Lemon publica auditorias de solvência em tempo real e os ativos sob custódia cresceram 89% em 2024](#), com o Bitcoin representando 33% e stablecoins 27%. As provas on-chain da plataforma já foram acessadas por mais de 115 mil usuários — um engajamento incomum do varejo com o risco de custódia.

A Argentina já se comporta como uma economia “parcialmente dolarizada” via cripto: stablecoins são usadas em folhas de pagamento, faturamento e gastos diários; o Bitcoin se consolida como reserva de valor de longo prazo; e os usuários buscam ativamente retornos em plataformas DeFi.

A onda de adoção de 2025, impulsionada por possíveis novas máximas históricas (All-Time Highs) e diversos eventos até o fim do ano, deverá atrair construtores e investidores de risco globais para Buenos Aires — uma cidade com baixo





custo de entrada para qualquer solução Web3 que busca tração imediata em uma população entusiasta por cripto.

REGULAMENTAÇÃO

A Argentina passou de um cenário regulatório hostil para um muito mais amigável. A Lei nº 27.739 (março de 2024) alterou a lei de prevenção à lavagem de dinheiro, definiu

ativos virtuais e criou um registro obrigatório de PSAVs (Provedores de Serviços de Ativos Virtuais) sob a supervisão da Comissão Nacional de Valores Mobiliários (CNV).

A Resolução nº 994/2024 estabelece padrões de capital, segregação de custódia e auditoria. Plataformas estrangeiras devem se registrar até 1º de setembro de 2025. Uma janela de anistia fiscal em julho de 2024 permite que

residentes declarem até US\$ 100 mil em cripto sem penalidades — uma medida criada para manter a Argentina fora da lista cinza do FATF (Financial Action Task Force).

A Comissão Nacional de Valores (CNV) da Argentina também publicou a Resolução Geral 1069, criando um sandbox de um ano que permite a tokenização de fundos fiduciários e fundos fechados lastreados em ativos do mundo real, tratando formalmente os tokens resultantes como valores mobiliários digitais negociáveis sob a Lei nº 27.739/2024.

Bancos comerciais ainda não podem operar mesas de cripto no mercado à vista (spot), mas a CNV agora aprova certificados de depósito em pesos lastreados nos ETFs de Bitcoin e Ether dos EUA, sinalizando abertura institucional e uma mudança na postura regulatória.

A retórica pró-Bitcoin do presidente Milei e a ausência de proibições de mineração ou custódia colocam a Argentina no grupo de países favoráveis ao setor: Regulamentação clara para ativos do mundo real, licenciamento com exigências rigorosas de KYC/AML, mas plena liberdade legal para comprar, vender, minerar e firmar contratos em cripto. Investidores que cumprem as exigências da CNV ganham acesso a uma das bases de clientes mais nativas em cripto do mundo e a um modelo regulatório que converge com os padrões da União Europeia e dos EUA — com potencial de liderança na América Latina nos próximos anos.



ECOSSISTEMA

O Brasil é o maior mercado de criptoativos da América Latina e ocupa o 10º lugar no mundo, segundo o relatório [Geography of Crypto 2024](#), da Chainalysis.

Uma pesquisa nacional representativa da [ANBIMA/Datafolha](#) mostra que 4% dos brasileiros — cerca de 6,5 milhões de pessoas — atualmente possuem criptoativos. Já [uma pesquisa da Paradigma Education com a Datafolha](#) aponta que 16% (aproximadamente 25 milhões) já investiram em cripto em algum momento. Essa diferença revela uma base ampla de usuários experimentais, mas uma parcela bem menor de investidores recorrentes.

A adoção de cripto no Brasil foi liderada por exchanges e ETFs até 2023. A partir de então, regulamentações favoráveis começaram a ser aprovadas, e bancos tradicionais passaram a oferecer investimentos em cripto para seus clientes.

Atualmente, bancos como Itaú, Nubank, BTG, Banco Inter e Santander oferecem criptoativos diretamente a seus clientes. Já o Banco C6, Bradesco e Banco do Brasil oferecem investimentos indiretos (como via ETFs). Essa mudança representa uma grande guinada

na postura dos players tradicionais de finanças em relação ao setor cripto.

A [Pesquisa Nacional da Paradigma e Datafolha](#) revela que, entre os 16% de brasileiros que já investiram em cripto, 9% o fizeram apenas por meio de bancos, 2,8% via fundos ou ETFs, 2,3% por meio de exchanges e 2,2% por autocustódia.

O Itaú Unibanco, maior banco do Brasil, oferece criptoativos a seus clientes desde 2023 e [atualmente estuda o lançamento da sua própria stablecoin](#).

O Bradesco, segundo maior banco privado do país, avançou de projetos piloto para iniciativas concretas com criptoativos. Após lançar fundos de índice (ETFs) cripto com a marca Hashdex para o varejo via a Ágora Investimentos, o banco firmou parceria com a empresa de infraestrutura Parfin, [para testar pagamentos de comércio exterior liquidados com USDC](#). Os testes começaram em dezembro de 2024, e executivos já afirmam que “não há mais volta” no uso de stablecoins.

O Nubank evoluiu de uma carteira com custódia limitada para [uma corretora cripto completa voltada ao varejo, permitindo transferências on-chain, adicionando ferramentas de swap, reduzindo spreads em até 60% e expandindo sua oferta para 18 tokens](#). Mesmo após pausar seu volátil token de fidelidade Nucoin, o banco digital dobrou sua aposta no setor — oferecendo rendimento de 4% em USDC e usando sua base de 90 milhões de



usuários para competir com exchanges brasileiras em preço e experiência do usuário.

A exchange Mynt, do BTG Pactual, tornou-se a [principal via de entrada de USDC no Brasil por meio de um acordo com a Circle, ampliou sua oferta para mais de 28 moedas com transferências on-chain](#) e lançou uma carteira com portfólio DeFi. Juntamente com seu próprio [stablecoin BTG Dol](#) e contas em dólar, o BTG opera hoje três trilhos em dólar, consolidando-se como a principal porta de entrada institucional para cripto no Brasil.

Um dos casos mais emblemáticos de adoção corporativa é o da Méliuz — apelidada por alguns de ‘MicroStrategy brasileira’. [A empresa de cashback, listada na B3](#) (bolsa de valores brasileira), tornou-se a primeira empresa brasileira de capital aberto a mudar sua estratégia de negócios e alocar parte de seu caixa em Bitcoin.

O Mercado Livre reforçou sua estratégia cripto ao aumentar [suas reservas de Bitcoin em 38%](#), comprando US\$ 7,8 milhões no início de 2025 e elevando seu total de BTC em caixa para aproximadamente US\$ 59 milhões. Esse movimento complementa suas inovações fintech em andamento, incluindo o [lançamento, em 2024, do “Meli Dólar”](#), uma stablecoin atrelada ao dólar, disponível para usuários do Mercado Pago no Brasil.

O projeto de Moeda Digital do Banco Central (CBDC) do Brasil, chamado DREX, encontra-se em estágio avançado de desenvolvimento, tendo concluído [duas fases-piloto com mais de 500 transações bem-sucedidas envolvendo instituições financeiras de grande porte](#). No entanto, o DREX enfrentou atrasos significativos, principalmente devido a desafios não resolvidos em relação à privacidade de dados sensíveis nas transações blockchain.

O DREX foi projetado para operações financeiras programáveis e liquidação de ativos tokenizados, como imóveis e títulos públicos. Ele é apoiado por uma infraestrutura nacional de blockchain em expansão, como a [Núcleo Chain](#), a [Rede Blockchain Brasil \(RBB\)](#) e a [Parfin Rayls](#).

A Rede Blockchain Brasil (RBB) entrou oficialmente em fase piloto, com o objetivo de estabelecer uma infraestrutura nacional de blockchain para serviços públicos seguros e transparentes. Coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo BNDES, a [iniciativa visa melhorar a integridade dos dados nas operações do governo](#).

Integrado a marcos regulatórios mais amplos — incluindo a Lei Nacional das Criptomoedas de 2023 e as iniciativas de Open Finance — o DREX posiciona o Brasil como líder global em inovação com CBDCs voltada para a tokenização de ativos do mundo real. A comunidade acompanha de perto os próximos passos do projeto.

A tokenização de ativos do mundo real (RWA) está ganhando força no Brasil, com plataformas como [Liqi](#), [Foxbit](#), [Mannah](#) e [Mercado Bitcoin](#) lançando tokens lastreados em precatórios — instrumentos de dívida pública judicial usados como ativos de investimento alternativos.

A [Chiliz](#), provedora de infraestrutura Web3 responsável pela [Socios.com](#) e que tem parcerias com grandes clubes brasileiros como Flamengo, Palmeiras, Corinthians, Fluminense, São Paulo e Bahia, continua expandindo seu ecossistema com o lançamento de novos Fan Tokens, [integração de carteiras sem taxa de gás \(gasless wallet\)](#) via Biconomy, e aprimoramento dos mecanismos de recompensa — reforçando sua posição como líder na tokenização do engajamento esportivo.

A [Ripple](#), principal fornecedora de infraestrutura de ativos virtuais para instituições financeiras, também tem o Brasil entre suas prioridades. A empresa global escolheu a exchange brasileira Mercado Bitcoin para o lançar no país o Ripple Payments, solução feita para alavancar pagamentos internacionais mais ágeis. Em uma frente mais institucional, também promoveu em 2024 um seminário na Câmara dos Deputados, em Brasília, para debater a situação da regulamentação dos ativos digitais no país.

A [Fairfashion.io](#) firmou parceria com a [Riachuelo](#) para utilizar IA e blockchain com o objetivo de [proporcionar maior transparência na cadeia de suprimentos da indústria da moda](#). A iniciativa representa um marco importante no setor, oferecendo uma ferramenta poderosa para conformidade ESG e rastreabilidade da cadeia produtiva.

A área de Finanças Regenerativas é um campo no qual o Brasil se destaca com soluções inovadoras. Iniciativas como a moeda social [Muda Outras Economias](#) e projetos como [Ekonavi](#), [AgroforestDAO](#), [Green Pill Brasil](#), [Carrot Network](#), [Blockchain na Escola](#) e [One.percent](#) estão crescendo de forma orgânica, ganhando força com a participação nas rodadas do Gitcoin e gerando impacto de base.

O Brasil sediou vários eventos cripto em 2024 e terá uma agenda robusta em 2025. Destaques incluem o [Eth Latam](#), o [Eth Brasil](#) e o [Blockchain.RIO](#). Cidades temporárias como a [Ipe.City, em Florianópolis](#), e a [\[Re\] City, em Recife](#), são tendências emergentes, seguindo os passos da iniciativa Crecimiento na Argentina.





REGULAMENTAÇÃO

A Lei dos Ativos Virtuais (Lei nº 14.478/22) entrou em vigor em junho de 2023, atribuindo a supervisão ao Banco Central (BCB) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criminalizando fraudes com criptoativos e exigindo licenças para os Provedores de Serviços de Ativos Virtuais (VASPs). A Circular CVM 04/2023 classifica tokens lastreados em recebíveis e de renda fixa como valores mobiliários, e uma consulta pública em andamento visa estabelecer regras claras para staking.

A tributação tem se tornado mais rígida: desde 2024, aplica-se uma alíquota de 15% sobre criptoativos mantidos

em exchanges estrangeiras. Um projeto de lei previsto para maio de 2025 eliminará a isenção de R\$ 35 mil por mês, substituindo as faixas progressivas por uma alíquota única de 17,5% sobre todos os ganhos.

O Decreto nº 12.466/2025 elevou a alíquota do IOF sobre câmbio para 3,5% em transferências internacionais e recargas de cartões no exterior — porém, o imposto incide apenas sobre a etapa de câmbio. Negociações on-shore, incluindo trocas entre BRL e stablecoins, continuam isentas de IOF — uma brecha que [impulsionou a atividade com stablecoins no mercado interno](#).

A Regulamentação cripto brasileira ainda oferece estruturas claras e permite a entrada de soluções em blockchain no país. No entanto, as mudanças recentes que aumentam a carga tributária são um mau sinal e podem levar o mercado doméstico para o exterior — afinal, basta um celular e conexão com a internet para acessar o mercado cripto global. O governo brasileiro claramente ainda não compreende como a comunidade cripto pensa e age. Apesar de ser líder regional, o Brasil perdeu espaço para a Argentina como o país com a melhor combinação entre regulamentação e adoção para novas empresas do setor. Todos os olhos agora estão voltados para os *hermanos*.



ECOSSISTEMA

A adoção de criptoativos no Chile cresceu moderadamente no último ano, embora o país ainda seja um mercado de nível médio em escala global. Cerca de 18% dos chilenos utilizaram ou possuíram criptomoedas em 2024, contra aproximadamente 15% em 2023. Isso posiciona o Chile entre os países latino-americanos com maior proporção de usuários e em 52º lugar no Índice de Adoção Global de Criptoativos 2024 da Chainalysis.

O contexto econômico tem sido um fator-chave nas tendências de adoção. Após atingir 12,8% em 2022, a inflação no Chile caiu para cerca de 4% entre 2023 e 2024, se aproximando da meta de 3% do banco central. O banco reduziu a taxa de juros para 7,25% em 2024 diante desse processo de desinflação. Essa estabilização econômica reduziu a urgência por proteção contra inflação, mas o interesse por criptomoedas permaneceu.

O ecossistema cripto-fintech chileno se expandiu no último ano, impulsionado por startups locais e investimentos estrangeiros. O número de startups de fintech e cripto no país chegou a 348 empresas no início de 2024, um aumento de 16% em relação ao ano anterior — incluindo exchanges, plataformas de pagamento, fintechs



de crédito e projetos de blockchain, refletindo um ambiente de inovação robusto.

A chilena OrionX recebeu um grande impulso: após o investimento da Bitfinex em 2023, em junho de 2025 a Tether (emissora do USDT) liderou uma rodada Série A na OrionX para expandir suas operações do Chile para o Peru, Colômbia e México. A parceria visa oferecer serviços financeiros baseados em stablecoins a mais usuários da região, com foco nos desbancarizados e em soluções acessíveis de pagamento e remessas digitais. O fato de players globais como Tether e Bitfinex investirem em

uma exchange chilena demonstra confiança no potencial do mercado local e na clareza regulatória.

Projetos chilenos também ganharam tração com casos de uso reais. Por exemplo, a Wbuild, plataforma imobiliária baseada em blockchain com sede em Santiago, viabilizou a tokenização de um projeto imobiliário nos EUA em 2024. Em parceria com a empresa americana Black Salmon, a Wbuild ajudou a vender uma participação tokenizada de US\$ 1 milhão em um imóvel na Flórida, reduzindo o investimento mínimo de US\$ 500 mil para US\$ 50 mil. A fatia tokenizada (10% do projeto) esgotou



em uma semana, demonstrando como a tecnologia chilena está democratizando o acesso a ativos tradicionalmente exclusivos.

REGULAMENTAÇÃO

O Chile adotou uma abordagem regulatória proativa, porém cautelosa, resultando em um arcabouço mais claro desde que a [Lei de Fintech entrou em vigor em 2024](#). A norma criou um regime formal de licenciamento para exchanges de cripto, carteiras digitais, plataformas de crowdfunding e outros serviços financeiros inovadores, sob supervisão da Comissão do Mercado Financeiro (CMF).

Em fevereiro de 2024, entraram em vigor novas regras específicas para criptomoedas. A Norma Geral N° 502

da CMF (emitida em janeiro de 2024) estabeleceu os requisitos de registro e conformidade para Provedores de Serviços de Ativos Virtuais (VASPs).

[O Chile tornou-se um dos primeiros países a reconhecer legalmente as stablecoins lastreadas em moedas fiduciárias](#): tokens totalmente respaldados por moedas locais ou estrangeiras são reconhecidos como uma forma de “dinheiro digital” (não moeda legal, mas um meio de pagamento permitido) sob jurisdição do Banco Central.

Isso significa que [empresas não bancárias podem emitir e operar stablecoins no Chile](#), desde que cumpram padrões de reserva e transparência — um modelo pensado para integrar as stablecoins ao sistema financeiro em vez de bani-las.

O Open Finance também avançou: a CMF introduziu regras de open banking (Norma Geral 514) em julho de 2024, exigindo APIs de compartilhamento de dados entre bancos e fintechs, para aumentar a concorrência e permitir novos serviços financeiros com cripto. No geral, essas medidas sinalizam uma postura favorável à cripto sob um ambiente regulado. O Chile está abraçando a inovação, mas com supervisão clara.

O país [passou a contar com uma das estruturas regulatórias mais completas da América Latina: aberto à inovação, mas rigoroso em termos de conformidade](#). Com leis detalhadas, licenciamento claro, iniciativas de sandbox e reconhecimento legal de ativos digitais, o Chile está atraindo investimentos e fortalecendo seu setor cripto sob esse novo marco.

COLÔMBIA



ECOSSISTEMA

O mercado de criptoativos da Colômbia continuou a se expandir e permanece entre os cinco maiores da América Latina, ao lado de Brasil, México, Argentina e Venezuela. No ranking global da Chainalysis, o país caiu para o 36º lugar em 2024 (ante 32º em 2023).

Estima-se que 5 milhões de colombianos — cerca de 10% da população — tenham interagido com criptomonedas, um aumento de 17% no número de usuários em 2024. A base de usuários é ampla, mas a atividade está concentrada em exchanges centralizadas (cerca de 74% do volume), com uso relativamente baixo de DeFi.

Um relatório da exchange Bitso mostra que os colombianos têm preferência por altcoins, menor dependência do Bitcoin e crescente interesse por memecoins em 2024.

A inflação alta e as remessas continuam impulsionando a adoção de cripto. Após atingir 13% em 2022, a inflação caiu para cerca de 5–6% no final de 2024. Ainda assim, a desvalorização do peso e a inflação persistentemente alta mantêm o apelo da cripto como proteção cambial.

As remessas bateram recorde de mais de US\$ 10 bilhões em 2023, o equivalente a 2,8% do PIB. As taxas cobradas por vias tradicionais (5–6%) tornam a cripto uma alternativa vantajosa. As remessas com stablecoins estão crescendo, oferecendo transferências mais rápidas e

baratas. No corredor Colômbia–Venezuela, essas transações já têm impacto direto em milhares de lares ao evitar tarifas elevadas.

Após o sucesso no México, a Bitso expandiu seu serviço de remessas cripto para a Colômbia, permitindo transferências instantâneas com stablecoins em dólar, que podem ser convertidas para pesos com economia nas taxas. Isso reflete a tendência regional de uso de stablecoins atreladas ao dólar para remessas e transações diárias.

Entre 2024 e 2025, o ecossistema colombiano passou a integrar-se mais com as finanças tradicionais e a lançar novas plataformas locais. Destaque para o lançamento da Wenia, plataforma cripto do maior banco do país, o Bancolombia, em maio de 2024. A Wenia permite negociação de Bitcoin, Ether, USDC e outros ativos, além de lançar uma stablecoin pareada com o peso colombiano (COPW) com lastro 1:1.

A COPW funciona como porta de entrada e saída do ecossistema, e a Wenia oferece um cartão de débito cripto via Mastercard para pagamentos com USDC ou COPW no dia a dia. Essa iniciativa, fruto de quase uma década de pesquisa, demonstra o fortalecimento da confiança institucional na cripto. Curiosamente, a Wenia opera com licença de Bermuda, devido à ausência de regulamentação local.

A cena de startups também cresceu. Empresas como Binance, OKX e Coinbase expandiram presença na Colômbia, e a regional Buda.com, que atuou em sandbox com o Banco de Bogotá, segue como player relevante.

Novas plataformas locais, como [LuloX](#) e [Approbe](#), surgiram em 2024, com foco em serviços financeiros baseados em blockchain. A LuloX, por exemplo, uma carteira digital colombiana, firmou parceria com o protocolo NEAR para lançar uma [stablecoin colombiana na rede NEAR, ampliando o acesso financeiro à Web3](#).

Projetos de finanças descentralizadas (DeFi) também estão presentes: a [Tropykus, uma plataforma de empréstimos na rede RSK do Bitcoin, alcançou US\\$ 6,6 milhões em TVL e continua focada em oferecer empréstimos e poupança cripto para usuários da América Latina](#).

Produtores de café na Colômbia estão testando a startup agrotech [Farmsent](#) em uma iniciativa que pode aumentar a renda de pequenos produtores em até 45%, conectando-os a uma rede global de 160 mil agricultores. O projeto está sendo testado com a [blockchain DePIN da Peaq](#) e sensores IoT instalados nas fazendas para rastrear exportações de café e abacate da Colômbia e da Indonésia para os Emirados Árabes Unidos.

Comunidade e Educação: A comunidade cripto colombiana é fortalecida por iniciativas educacionais e eventos. Universidades estão integrando blockchain aos seus currículos: a [Universidad de los Andes lançou programas \(em](#)

[parceria com empresas como Binance\)](#) para treinar estudantes e inserir jovens colombianos no universo Web3. Outras instituições, como UNIR Colômbia, Universidad Nacional de Colombia, UNIANDES, Universidad Central (UC), entre outras, [também oferecem cursos na área](#).

[Plataformas de ensino online](#) como a Platzi relatam alto número de matrículas em cursos sobre criptoativos, à medida que os colombianos buscam habilidades em negociação e blockchain.

No lado comunitário, o país sediou grandes encontros: Bogotá foi palco da Blockchain Summit Latam 2024, em agosto, com mais de 2.000 participantes de toda a região. O tradicional Cripto Latin Fest voltou em 2024, celebrando inovações e até o evento do Bitcoin Pizza Day. Esses encontros, somados a hackathons e meetups, consolidam a reputação da Colômbia como uma das comunidades cripto mais vibrantes da América Latina. Entusiastas e desenvolvedores se reúnem regularmente em polos como Bogotá e Medellín, trocando conhecimento que impulsiona ainda mais a adoção.

REGULAMENTAÇÃO

A abordagem regulatória da Colômbia em relação às criptomonedas no último ano tem sido [proativa, porém cautelosa, caminhando para uma postura cada vez mais favorável ao setor](#). Embora ainda não exista uma lei abrangente em vigor, houve avanços significativos na construção de um marco regulatório. Em março de 2025,



legisladores reintroduziram no Congresso um projeto de Regulamentação cripto. [A proposta visa licenciar e supervisionar os Provedores de Serviços de Ativos Virtuais \(VASPs\)](#), trazendo exchanges e empresas do setor para um ambiente de supervisão clara.

A legislação busca explicitamente alinhar a Colômbia com padrões globais, inspirando-se em modelos do Brasil, Singapura e União Europeia, além de prevenir abusos — como proibir esquemas de pirâmide com criptoativos e impedir que exchanges revendam ativos de usuários sem consentimento.

O governo e os reguladores colombianos têm, de modo geral, se mostrado [abertos à inovação com blockchain](#). A negociação de cripto é legal no país, e as autoridades têm emitido orientações pontuais. A DIAN (Direção de Impostos e Aduanas Nacionais) trata criptoativos como



ativos intangíveis para fins fiscais, exigindo a declaração de grandes transações. A unidade de crimes financeiros UIAF implementou regras que obrigam exchanges e instituições financeiras a reportar transações suspeitas com cripto, como parte das ações de prevenção à lavagem de dinheiro.

Enquanto isso, a Superintendência Financeira da Colômbia (SFC) ainda não autorizou os bancos a intermediarem cripto diretamente, mas [conduziu um sandbox regulatório \(la Arenera\) entre 2021 e 2023](#) que permitiu a bancos testarem serviços cripto em parceria com exchanges. Os resultados foram positivos. Bancos como Banco de Bogotá, Davivienda e Bancolombia testaram com sucesso integrações de depósito e saque com plataformas como Buda, Binance e Gemini, implementando salvaguardas para os consumidores e para conformidade regulatória.

A SFC declarou que o piloto ajudou a comprovar que os riscos podem ser gerenciados e abriu caminho para uma Regulamentação definitiva. [A decisão do Bancolombia de lançar a Wenia via uma subsidiária no exterior reforça que, enquanto a legislação definitiva não chega, as empresas estão encontrando formas criativas de oferecer serviços cripto dentro da lei atual.](#)

O tom do governo colombiano em relação ao setor tem se tornado cada vez mais positivo. Autoridades reconhecem o crescimento da indústria e a necessidade de regras claras para prevenir fraudes e golpes.



Órgãos como o MinTIC promovem o uso de blockchain em projetos públicos desde 2022, e o Banco Central tem conduzido experimentos com tecnologias de registro distribuído (DLT).

No geral, os reguladores buscam um equilíbrio: [proteger consumidores e coibir usos ilícitos, sem sufocar a inovação.](#)

Entidades como a Colombia Fintech Association e a Asoblockchain têm atuado em conjunto com o governo na construção das novas regras, destacando a importância de uma Regulamentação clara para facilitar parcerias com bancos e sinalizar que a Colômbia está aberta ao ecossistema cripto. [Para mais informações sobre a Regulamentação consulte aqui.](#)

COSTA RICA

ECOSSISTEMA

A Chainalysis ainda posiciona a Costa Rica na metade inferior do seu Índice Global de Adoção de Cripto, mas o país subiu duas posições em 2024, alcançando o 90º lugar. Atualmente, conta com entre 40 mil e 60 mil carteiras ativas (cerca de 1% da população), atendidas por seis caixas eletrônicos de Bitcoin e uma crescente variedade de iniciativas em blockchain.

Diferente de seus vizinhos afetados pela inflação, a Costa Rica apresenta taxas de inflação próximas de zero (-0,4% em 2024) e crescimento do PIB de 4,3%. Sem uma crise cambial que empurre a população para o uso de criptoativos, a adoção é motivada por outros fatores: interesse por inovação financeira, remessas, turismo e iniciativas da comunidade tecnológica.

Por exemplo, expatriados e trabalhadores remotos usam criptomonedas no país para evitar altas taxas bancárias e transferências lentas, demonstrando como o Bitcoin pode resolver fricções mesmo em um sistema bancário estável.

O projeto Bitcoin Jungle, na região de Dominical-Uvita, já conecta 380 comerciantes. Barracas de mercado e cafés aceitam pagamentos com wallets Lightning que podem

converter automaticamente para colón costarricense, eliminando taxas de 4% a 8% sobre cartões e atraindo cripto-turistas.

As leis trabalhistas locais permitem o pagamento de parte dos salários em cripto (após o salário mínimo), indicando uma comunidade pequena, porém crescente, de usuários de criptoativos.

As moedas comunitárias e as iniciativas de Finanças Regenerativas (ReFi) seguem ativas, com o ReFi Costa Rica Node reunindo projetos como Bloom Network, Diamante Bridge Collective, Mycelium Learning e CoFi Blocks.

A CoFi Blocks firmou parceria com a Starknet Foundation para formar comunidades e tokenizar colheitas de café, integrando produtores e consumidores ao ecossistema Web3.

Em fevereiro de 2025, o Banco Nacional (BN) tornou-se o primeiro banco da América Central a vender um fundo feeder de ETF de Bitcoin, oferecendo exposição regulada para clientes do varejo, sem exigir autostódia. Fintechs como a MultiMoney integraram a negociação de criptoativos diretamente nos aplicativos, enquanto BAC e Visa testaram canais de pagamento com BTC. A Nimiq também está expandindo sua atuação como sistema de pagamento baseado em blockchain.

A hidrelétrica da Evergreen Sustainable Enterprises, em Alajuela, alimenta uma mineração de Bitcoin de



Arkadij Schell/Stock

baixo custo e demonstra como a matriz 98% renovável da Costa Rica pode hospedar infraestrutura Web3 com baixo impacto.

A empresa Edenia desenvolve soluções em blockchain, opera nós validadores de Bitcoin, Ethereum, Polygon e Libre, e mantém caixas eletrônicos de Bitcoin no país.

Após a conferência Blockchain Jungle 2023, aconteceu a 5ª edição do TicoBlockchain, em março de 2025, em San José, com mais de 300 participantes de diversos países e organizações como Visa, Mastercard, Nimiq, Celestia, Cambiatus, CoFi Blocks e reguladores regionais.



Os principais temas abordados foram tokenização, DePIN, Finanças Regenerativas (ReFi) e integração com Open Finance via SINPE. O evento, coorganizado por [AsoBlockchain](#) e AsoFintech, confirmou a reputação da Costa Rica como hub amigável e bilíngue de desenvolvimento Web3 na América Latina.

REGULAMENTAÇÃO

O marco regulatório da Costa Rica é considerado amigável ao setor cripto. A cripto permanece legal, porém não regulamentada: o Banco Central reitera que ativos digitais *não* são moeda legal, e que os usuários operam

“por sua conta e risco”. No entanto, não há proibição sobre negociação, mineração ou aceitação por comerciantes. Os bancos podem oferecer exposição a cripto (como o [fundo ETF do Banco Nacional](#)), conforme as regras de valores mobiliários em vigor.

O projeto de lei Mercado de Criptoativos (MECA) — Projeto nº 23.415 — que isentaria pagamentos do dia a dia e moedas mineradas do imposto de renda, mantendo a aceitação de cripto como opcional, ficou paralisado em comissão legislativa em 2024 e não avançou desde então. Com isso, as empresas continuam operando sob as leis comerciais e de prevenção à lavagem de dinheiro (AML) gerais.

Com o MECA estagnado, os lucros com cripto são teoricamente tributados como renda comum, embora a aplicação seja branda. Transações cripto por bens e serviços estão isentas de IVA. As exchanges seguem as normas padrão de KYC/AML, e não são exigidas licenças especiais para mineração, desde que os contratos de energia estejam regulares.

Os legisladores continuam com uma estratégia de “esperar para aprender”, mantendo diálogo com a AsoBlockchain, mas priorizando reformas fiscais mais amplas. A ausência de regras restritivas, os baixos impostos sobre energia e uma força de trabalho com conhecimento técnico tornam a Costa Rica atrativa para pilotos Web3, embora a falta de proteção formal ao consumidor signifique que fraudes só são combatidas após ocorrerem.

A expectativa é que a Costa Rica mantenha o espírito “pura vida” e permaneça amigável ao setor cripto até 2026: as autoridades estão acompanhando de perto o projeto Bitcoin Jungle, a adoção do ETF do Banco Nacional e os pilotos de ReFi antes de retomar a discussão sobre o MECA ou propor um sandbox regulatório. Para times e projetos internacionais, o ambiente costarricense é de fato aberto, com baixa carga tributária, energia renovável e ambiente acolhedor para falantes de inglês. Apesar de ainda não oferecer incentivos explícitos como El Salvador ou os Emirados Árabes Unidos, a Costa Rica é um ótimo lugar para construir.



Margaret LN Brooks/Stock



ECOSSISTEMA

Segundo a Triple A, estima-se que 3,8% dos equatorianos (cerca de 730 mil pessoas) possuam criptoativos — uma das maiores taxas entre as economias dolarizadas da região andina. No Índice Global de Adoção de Cripto 2024, da Chainalysis, o país caiu para a 67ª posição no mundo (8º na América Latina), uma queda em relação à faixa dos 40 primeiros colocados no ano anterior — o que indica que outros mercados estão crescendo mais rápido em termos de adoção popular.

Diferentemente de vizinhos atingidos pela inflação, o Equador manteve taxas inflacionárias baixas (cerca de 1-2% em 2024) graças à sua economia dolarizada. Com isso, a adoção de criptoativos no país é motivada menos pela proteção cambial e mais por oportunidades de investimento e remessas internacionais. As criptomoeças mais populares no país são Bitcoin (BTC), Ethereum (ETH) e Tether (USDT). A stablecoin USDT, em especial, é usada para transferência internacional de valores e para poupança em dólar.

Dados da Chainalysis mostram que menos de 60% do volume on-chain está em USDT/USDC, um padrão similar ao da Colômbia e Peru.

Migrantes equatorianos nos Estados Unidos e na Espanha vêm utilizando mesas OTC que liquidam transações instantaneamente em stablecoins para envio de remessas em dólares.

O número de caixas eletrônicos de cripto no país cresceu de um, no início de 2024, para quatro até meados de 2025. As aplicações reais também estão amadurecendo. Um exemplo é o Sustainable Shrimp Partnership (SSP), uma coalizão dos principais exportadores de camarão do Equador, que completou sete anos em março de 2025.

A certificação do SSP agora oferece rastreabilidade completa “do viveiro ao prato” por meio da IBM Food Trust, além de um novo programa de incubadoras, o Scale-Up, que treinou 100 pessoas em 17 unidades para implementar práticas sustentáveis validadas em blockchain. É considerado um dos projetos de cadeia de suprimentos mais maduros da América Latina.

A iniciativa ETH Ecuador também publicou um Yellow Paper no GitHub, explicando a adoção do Aragon OSX stack e o lançamento da DAO na rede Arbitrum, com o objetivo de garantir segurança semelhante à do Ethereum com custos baixos de transação.

REGULAMENTAÇÃO

A postura do Equador em relação às criptomoeças não é considerada amigável. O Artigo 94 do Código Orgânico Monetário e Financeiro, assim como circulares repetidas

do Banco Central, reforçam que o dólar americano é a única moeda de curso legal no país, e que as criptomoeças “não estão autorizadas como meio de pagamento para bens e serviços”.

Apesar disso, os mesmos documentos esclarecem que a compra e venda de criptoativos online é legal: exchanges e carteiras digitais operam sob as regras gerais de comércio eletrônico, desde que não promovam os tokens como dinheiro. Assim, muitas empresas operam dentro dessa zona cinzenta legal.

Um marco importante foi a entrada em vigor da Resolução N° JPRM-2023-014-M, em fevereiro de 2024, que criou um marco regulatório para carteiras digitais





custodiadas. A norma exige licença como fintech, liquidez total dos fundos dos clientes, participação em um sandbox regulatório de 12 meses antes de poder escalar suas operações.

A chamada “Ley Antipillos”, aprovada em dezembro de 2024, é uma reforma de combate à lavagem de dinheiro que definiu os Provedores de Serviços de Ativos Virtuais (VASPs) e os colocou sob supervisão da Unidade de Inteligência Financeira (UIF), incluindo a Travel Rule para transferências acima de US\$ 1.000. As regras secundárias estão em elaboração e devem detalhar punições e procedimentos de verificação. As autoridades governamentais salientam que o objetivo é a supervisão e não a proibição.

Os lucros com cripto (trading ou holding) devem ser declarados na declaração anual do Impuesto a la Renta, com tributação conforme a tabela de IRPF de 2025: 0% para rendas até US\$ 12.081, 5% a 37% para faixas superiores, com alíquota máxima de 37% para rendimentos acima de US\$ 108.810.

O Equador permite a negociação e posse de criptoativos, mas proíbe seu uso como moeda, impondo regras rigorosas de AML semelhantes às bancárias para empresas custodiais, enquanto atividades peer-to-peer seguem amplamente não regulamentadas. O quadro legal é suficientemente claro para exchanges regulamentadas e projetos empresariais, mas pagamentos cotidianos com cripto ainda não são permitidos, mantendo o país em uma postura regulatória considerada restritiva.





EL SALVADOR

ECOSSISTEMA

A adoção popular de criptoativos em El Salvador continua limitada, apesar do pioneirismo ao tornar o Bitcoin moeda legal. Apenas cerca de 1,7% dos salvadorenhos possuem Bitcoin, e uma pesquisa de 2024 apontou que 92% dos cidadãos não utilizam BTC em transações — um aumento em relação aos 88% registrados em 2023.

No Índice Global de Adoção de Cripto da Chainalysis, El Salvador caiu para a 106ª posição em 2024, contra a 95ª em 2023. Essa baixa adesão é atribuída à falta de confiança e utilidade cotidiana, mesmo com o forte incentivo governamental. Como a inflação no país está muito baixa (apenas 1% em 2024), o Bitcoin não atrai como proteção contra inflação, como acontece em países vizinhos. E como El Salvador já possui uma economia dolarizada, a adoção de stablecoins também é pouco relevante. A maior parte da população ainda prefere os serviços financeiros tradicionais.

Um paradoxo aparece nas remessas internacionais: apesar de o volume total de remessas ter atingido um recorde de US\$ 8,7 bilhões em 2024 (cerca de 30% do PIB), as remessas via cripto despencaram. No primeiro trimestre de 2025, as transferências em cripto totalizaram apenas



US\$ 16 milhões (0,52% do total), uma queda de 45% em relação ao ano anterior. Isso contrasta com 2022–2023, quando o país chegou a registrar quase US\$ 100 milhões em remessas em cripto.

Esses dados indicam que a maioria dos salvadorenhos voltou a usar dinheiro vivo ou fintechs para enviar e receber remessas, devido a problemas com a carteira Chivo e à volatilidade das criptos. Em resumo, as iniciativas do governo com cripto ainda não chegaram de forma significativa à vida financeira diária da maioria das famílias.

Por outro lado, a postura nacional sobre o Bitcoin mostra sinais positivos. Graças à valorização do mercado em 2024–2025, as reservas de Bitcoin do governo (cerca de 6.216 BTC até meados de 2025) estão com lucro, valendo aproximadamente US\$ 620 milhões. A administração do presidente Nayib Bukele mantém sua estratégia de comprar 1 BTC por dia, demonstrando confiança de longo prazo.

Esses 6.216 BTC representam cerca de 15% das reservas internacionais do país. Outros países, inclusive os Estados Unidos, estão avaliando estratégias semelhantes com reservas em BTC.

O interesse de investidores estrangeiros e o turismo Bitcoin também aumentaram. El Salvador recebeu 3,9 milhões de turistas em 2024, um aumento de 22% em relação a 2023. Autoridades atribuem parte desse crescimento à curiosidade em torno do BTC e à melhora na segurança pública — um desempenho acima da média regional, superando, por exemplo, a Costa Rica.

A vila praiana Bitcoin Beach segue como vitrine, e novos estabelecimentos (hotéis, cafés) adaptados ao Bitcoin continuam surgindo. Essa movimentação de visitantes e expatriados traz benefícios reais para a economia: o turismo já representa 11% do PIB.

O país está se posicionando como hub de negócios em cripto, mas os resultados são mistos. O banco central





reporta [181 empresas cripto registradas, mas apenas 20 \(11%\) estão efetivamente operacionais](#) e em conformidade.

Mesmo exchanges licenciadas relatam [dificuldades para abrir contas bancárias, por causa da pressão de instituições dos EUA sobre bancos corresponsáveis locais](#). A expectativa é que, com novas regulações nos EUA, o sistema bancário americano passe a aceitar mais abertamente as criptoempresas, resolvendo essa barreira.

Ainda assim, players relevantes já se instalaram no país. Por exemplo, a [Bitfinex Securities obteve licença e atua com o governo no lançamento de ativos digitais](#). O principal projeto do governo, os “Volcano Bonds” — um título

de US\$ 1 bilhão lastreado em Bitcoin, destinado a financiar a Bitcoin City e infraestrutura de mineração — [recebeu aprovação regulatória no final de 2023, mas ainda não foi lançado](#) até meados de 2025, aguardando melhores condições de mercado.

Outro projeto, um título tokenizado para financiar um [hotel Hilton, fracassou ao captar apenas 5% da meta em 2024](#), refletindo a cautela dos investidores.

Em uma perspectiva mais positiva, os investimentos em mineração de Bitcoin estão crescendo: um consórcio público-privado lançou a Volcano Energy, uma fazenda de mineração com 241 MW de energia renovável, com

apoio de capital estrangeiro — incluindo um investimento de US\$ 250 milhões da Tether. No entanto, o projeto está atrasado e ainda não entrou em operação. Até agora, o país minerou apenas [474 BTC no projeto-piloto no Vulcão Tecapa](#).

Em outubro de 2023, El Salvador inaugurou sua [primeira pool local de mineração, a Lava Pool](#), em parceria com a Luxor — com 23% dos lucros prometidos ao governo.

Esses avanços indicam que o ecossistema está se expandindo além dos pagamentos, com o país usando sua imagem pró-cripto para atrair investimentos em energia, startups de blockchain e nômades digitais. Um exemplo disso é o [visto “Freedom”](#), que oferece residência a quem doar US\$ 1 milhão em cripto ao governo — embora até agora [tenha atraído poucos interessados](#).

De forma geral, o ecossistema cripto de El Salvador em 2024–2025 é marcado por contrastes: enquanto há entusiasmo global, entrada de capital estrangeiro e projetos estatais em expansão, a adoção local entre os cidadãos continua baixa. A experiência salvadorenha é observada de perto em toda a América Latina como possível modelo de como usar cripto para impulsionar o crescimento econômico e o bem-estar social.

REGULAMENTAÇÃO

El Salvador possui um dos marcos regulatórios mais favoráveis ao setor cripto no mundo. A histórica Lei do Bitcoin,





de 2021, tornou o Bitcoin moeda de curso legal ao lado do dólar americano, isentando os ganhos de capital em cripto de tributação e estabelecendo inicialmente a obrigatoriedade de que os comércios aceitassem BTC como forma de pagamento.

Em abril de 2023, o governo aprovou a Lei de Promoção da Inovação e da Indústria Tecnológica, concedendo isenções fiscais por 15 anos (sobre renda, ganhos de capital, impostos municipais e tarifas de importação) para investimentos em tecnologia.

Já em janeiro de 2023, foi aprovada uma Lei de Emissão de Ativos Digitais com o objetivo de regulamentar de forma abrangente os mercados cripto. A intenção era oferecer segurança jurídica para a emissão de ativos digitais, incluindo títulos tokenizados, abrindo caminho para iniciativas como os Volcano Bonds.

Essas medidas posicionaram El Salvador como uma jurisdição pró-inovação — um verdadeiro sandbox regulatório nacional, que incentiva projetos em blockchain e oferece licenciamento acelerado, além de contar com um Escritório Nacional do Bitcoin (ONBTC) para apoiar empreendedores cripto.

Em fevereiro de 2024, o presidente Nayib Bukele foi reeleito, o que garantiu continuidade à política cripto nacional.

No entanto, enfrentando pressões fiscais, o governo firmou um acordo de empréstimo de US\$ 1,4 bilhão com

o FMI no final de 2024, que exigiu ajustes na política relacionada ao Bitcoin. Em janeiro de 2025, a Assembleia Legislativa de El Salvador alterou a Lei do Bitcoin, retirando a obrigatoriedade de aceitação — ou seja, os estabelecimentos comerciais *deixaram de ser obrigados a aceitar BTC* como pagamento. Além disso, o governo concordou em “reduzir gradualmente” sua participação na carteira Chivo e em outras iniciativas públicas relacionadas a criptoativos.

Há um diálogo contínuo com instituições internacionais: até mesmo o FMI reconheceu que a implementação do Bitcoin em El Salvador não gerou os riscos sistêmicos temidos anteriormente, o que tem facilitado uma abordagem mais equilibrada.

Apesar das mudanças, El Salvador continua oferecendo um arcabouço jurídico altamente atrativo, com status de moeda legal para o BTC, isenção de impostos sobre cripto e incentivos econômicos especiais — mesmo com a flexibilização da obrigatoriedade de uso e a cooperação com credores internacionais.

O efeito líquido continua sendo um ambiente muito favorável à inovação cripto. Observadores do setor consideram El Salvador um país cripto-friendly, destacando que a infraestrutura legal está pronta para uma possível entrada significativa de capital no próximo ciclo de alta. Os próximos anos serão decisivos para mostrar se esse regime regulatório pró-cripto se traduzirá em adoção real e ganhos econômicos sustentáveis.



ECOSSISTEMA

O México continua sendo um dos principais mercados de criptoativos na América Latina, impulsionado por remessas em alta e pela crescente adoção no mercado de massa. Em 2024, o país ocupa a 13ª posição global no Índice de Adoção de Cripto da Chainalysis, subindo da 16ª posição em 2023 e da 28ª em 2022.

Pesquisas apontam que, em 2024, cerca de 14% dos mexicanos já possuíam criptomoedas — um aumento expressivo em comparação a alguns anos atrás. Essa base de usuários em expansão indica que o uso de cripto já não é mais algo de nicho: milhões de mexicanos utilizam ativos digitais para poupança, pagamentos e investimentos.

As remessas internacionais continuam sendo a espinha dorsal do ecossistema cripto mexicano. O país recebeu US\$ 63,3 bilhões em remessas em 2023 — o segundo maior volume do mundo, atrás apenas da Índia. A cripto vem ganhando espaço nesse mercado: a Bitso, maior exchange do país, processou mais de US\$ 6,5 bilhões em remessas cripto EUA-México em 2024, um salto em relação aos US\$ 4,3 bilhões em 2023 e US\$ 3,3 bilhões em 2022 — agora representando mais de 10% de todo o corredor de remessas em termos de volume.

De forma geral, o volume de remessas via cripto cresceu cerca de 40% em 2024, ao passo que remetentes e destinatários passam a adotar rails cripto por sua velocidade

e menor custo. Esse crescimento indica uma mudança estrutural na forma como famílias recebem dinheiro, especialmente em tempos de pressão econômica. Apesar da inflação ter caído para cerca de 4,7% em 2024 (ante os 7,9% de 2022), as stablecoins atreladas ao dólar americano continuam populares como forma de preservar valor e viabilizar transferências em dólares, dada a volatilidade do peso e a busca por exposição ao dólar. Com isso, stablecoins lastreadas em dólar (além da MXNT, stablecoin da Tether lastreada em pesos) vêm ganhando tração em pagamentos internacionais e transações cotidianas.

A Bitso mantém sua posição dominante no mercado, expandindo serviços e base de usuários. Em 2024, a empresa dobrou de tamanho, ultrapassando US\$ 12 bilhões em volume de transações e atingindo cerca de 8 milhões de usuários na América Latina. A exchange lançou uma nova carteira Web3 em 2024, permitindo o acesso a apps DeFi, NFTs e blockchains como Ethereum, Polygon e Optimism — reforçando sua aposta em serviços descentralizados.

A Coinbase também mantém operações no México, após lançar um programa piloto de remessas via cripto com saque em 37 mil pontos de venda e carteira sem taxas de transferência — serviços que têm como alvo o corredor EUA-México, com tarifas até 50% menores do que métodos tradicionais.

A presença dessas plataformas reguladas reduz barreiras de entrada, trazendo mais usuários iniciantes ao ecossistema cripto mexicano.

Além das exchanges, diversos projetos estão integrando blockchain ao dia a dia dos mexicanos:

[Félix Pago](#) — uma startup que permite transferências de dinheiro via WhatsApp — utiliza stablecoins nos bastidores e vem ganhando forte tração. Em 2024, processou mais de US\$ 1 bilhão em remessas via chat, permitindo que usuários nos EUA enviem dinheiro instantaneamente para o México (e outros países da América Latina) por mensagem de texto. [No início de 2025, a empresa levantou US\\$ 75 milhões \(Série B\)](#) para expandir seus serviços e fechou parcerias com grandes fintechs como Mercado Pago e Nubank. Isso mostra como a cripto está ampliando a inclusão financeira — permitindo que pessoas enviem ou recebam valores apenas com um app de mensagens, sem precisar de conta bancária.

A gigante das telecomunicações Telefónica (Movistar) fez parceria com a Nova Labs para implementar hotspots móveis baseados em blockchain no México. [Começando na Cidade do México e em Oaxaca, a Telefónica passou a descarregar dados móveis para a rede descentralizada Helium](#), permitindo que qualquer pessoa hospede hotspots que ampliam a cobertura e geram tokens como recompensa. Lançado em janeiro de 2024, o piloto permite que 2,3 milhões de clientes da Movistar usem automaticamente a rede incentivada da Helium com seus chips normais. É um exemplo inovador de infraestrutura descentralizada (DePIN) melhorando serviços reais como conectividade rural.

A startup mexicana [XMAQUINA está tokenizando robôs que geram receita](#): começou com pilotos ao vivo de “café-robô” integrados à blockchain Peaq (DePIN), permitindo que investidores comprem tokens DEUS e recebam parte da receita de cada máquina. Segundo o CEO Mauricio Zolliker, esse modelo de copropriedade via as Machine Pools da Peaq transforma a automação — de uma ameaça aos empregos em dividendo comunitário.

Grandes grupos empresariais mexicanos também estão aderindo ao cripto. Em 2023, o Grupo Salinas — terceiro maior conglomerado do México, liderado pelo defensor do Bitcoin Ricardo Salinas — [anunciou que aceitaria pagamentos em Bitcoin via Lightning Network em suas empresas](#). Essa implementação já está em curso: por meio de uma parceria com a IBEX, mais de 4 milhões de clientes das empresas do grupo agora podem pagar suas contas de TV e telefone da Total Play em Bitcoin. Há planos para expandir os pagamentos em BTC para as lojas Elektra e outros estabelecimentos do grupo, trazendo a cripto para o varejo do dia a dia. Essa adoção corporativa é significativa, considerando o peso do grupo (que também controla o Banco Azteca, a TV Azteca, entre outros) e representa uma aposta clara na cripto como meio de pagamento confiável e funcional.

A empresa Etherfuse está construindo uma ponte entre o setor financeiro tradicional e o DeFi. No final de 2023, lançou os “Stablebonds” — [títulos tokenizados lastreados 1:1 em títulos do Tesouro do governo mexicano](#)



[\(Cetes\)](#), com valores mínimos a partir de 1 peso mexicano. Construídos sobre a blockchain Solana, esses títulos oferecem rendimentos de até 11% e podem ser negociados ou integrados a protocolos DeFi. Em meados de 2024, a [Etherfuse captou US\\$ 3 milhões para escalar esse modelo](#), que funciona sob um sandbox regulatório exclusivo. O projeto é um dos primeiros exemplos de tokenização de dívida soberana na América Latina, democratizando o acesso a investimentos públicos via plataformas cripto.

As criptomoedas têm sido cada vez mais utilizadas em transações cotidianas e por populações não bancarizadas.



Segundo um relatório de maio de 2025, o México agora lidera a América Latina nesse uso, concentrando 84% da atividade regional, juntamente com Brasil e Argentina. Os casos incluem receptores de remessas que convertem criptomoedas em pesos instantaneamente para uso no dia a dia, bem como freelancers e profissionais de serviços temporários por meio de plataformas digitais com pagamentos em criptomoedas do exterior, além de jovens de 18 a 35 anos que usam criptomoedas para compras online e até reservas de viagens. Isso reflete uma tendência mais ampla: os ativos digitais estão permitindo que pessoas sem acesso a bancos tradicionais armazenem e transfiram valor em várias moedas com facilidade. Em suma, as criptomoedas estão se incorporando cada vez mais à estrutura financeira do México, desde pagamentos internacionais até contas de internet, mais

como um complemento do que como um substituto do dinheiro fiduciário.

REGULAMENTAÇÃO

A abordagem do México em relação à regulação de cripto tem sido de aceitação cautelosa, com supervisão incremental. O principal marco ainda é a chamada “Lei Fintech”, de 2018, que reconhece oficialmente as criptomoedas como “ativos virtuais”, legalmente válidos para pagamentos e transações eletrônicas.

De acordo com essa lei, exchanges e empresas de cripto (VASPs) podem operar como instituições financeiras reguladas, desde que se registrem junto às autoridades e cumpram as regras de prevenção à lavagem de dinheiro (AML). Por exemplo, as exchanges são obrigadas a reportar transações cripto acima de US\$ 2.500, conforme a legislação mexicana de AML. Esse modelo de sandbox regulatório tem permitido inovação — várias startups operam com licenças da Lei Fintech — ao mesmo tempo em que garante um nível básico de conformidade. Um ponto crucial é que os reguladores exigem que as empresas cripto informem claramente os riscos aos consumidores — deixando claro que cripto não é moeda de curso legal no México e não é respaldada pelo governo ou pelo banco central. Na prática, isso significa que os usuários são livres para comprar, vender e usar criptomoedas, mas por sua conta e risco, sem garantias legais caso algo dê errado.

Até meados de 2025, nenhuma nova lei cripto específica foi aprovada. As autoridades mantêm um tom conservador. O Banco do México (Banxico) é o responsável pela política de ativos digitais e tem reiterado que criptomoedas são ativos “não respaldados” e não devem ser consideradas moeda. O foco do Banxico tem sido o desenvolvimento de sua própria moeda digital de banco central (CBDC) — o peso digital — com o objetivo de aumentar a inclusão financeira. Inicialmente previsto para lançamento até o fim de 2024, o projeto sofreu atrasos significativos e, até meados de 2025, ainda não há uma data oficial para o lançamento do peso digital.

Esse atraso reforça a postura cautelosa dos reguladores mexicanos em relação ao dinheiro digital. Outros órgãos reguladores, como a CNBV (Comissão Nacional Bancária e de Valores), emitiram alertas sobre os riscos das criptomoedas (como volatilidade e fraudes), mas não criaram normas obrigatórias adicionais até o momento. Importante destacar que as autoridades fiscais e legisladores ainda não atualizaram os códigos tributários para tratar especificamente de criptoativos. Ainda não existe uma legislação tributária dedicada ao setor cripto. No lugar disso, aplicam-se os princípios gerais da tributação: os lucros obtidos com a negociação de criptoativos são tratados como ganho de capital ou renda, e podem estar sujeitos ao imposto de renda de até 30% para pessoas físicas. A alíquota de 16% de IVA (imposto sobre valor agregado) se aplica às vendas de cripto caso ambas as partes estejam no México (0% se a cripto for exportada



para comprador estrangeiro). Na prática, a fiscalização sobre tributação cripto ainda é incipiente, mas o SAT (Serviço de Administração Tributária) já indicou que pretende formalizar essas obrigações no futuro.

De forma geral, o México pode ser visto como um país neutro em relação à cripto — nem excessivamente favorável, nem hostil. O governo permite as atividades com cripto sob a Lei Fintech e não impõe proibições nem regulações excessivas, o que tem possibilitado que o ecossistema — exchanges como Bitso, fintechs, projetos de tokenização — cresça dentro de um marco legal funcional. Por outro lado, os formuladores de políticas ainda são cautelosos quanto aos riscos do setor. A posição oficial enfatiza: ausência de curso legal; rigor em AML, avisos de “use por sua conta e risco”, prioridade ao desenvolvimento do peso digital. Assim, embora o México esteja aberto aos negócios com cripto, o país não incentiva ativamente sua adoção, como fazem outras nações. Em 2025, o ambiente regulatório mexicano permanece estável, porém cauteloso: empreendedores do setor cripto podem operar (e até colaborar com bancos e corporações), mas o ritmo de novas legislações pró-cripto é lento.

Atualmente, o México permite que o setor de cripto cresça sob supervisão, mas a falta de avanços legislativos mais ambiciosos (como uma lei tributária específica ou estrutura completa para tokenização) ainda impede o país de ser considerado verdadeiramente cripto-friendly.



PARAGUAI

ECOSSISTEMA

O mercado de criptoativos do Paraguai continua sendo pequeno e centrado na mineração. Dados da Chainalysis mostram que o país ocupava a 93ª posição global em 2023 e subiu para a 88ª em 2024. Com inflação baixa (3,8% em 2024), ao contrário dos vizinhos de alta inflação, o uso de cripto no Paraguai não é impulsionado por desvalorização cambial.

O crescimento econômico tem sido modesto, e a adoção tecnológica lenta, de modo que a maioria da atividade cripto está concentrada na mineração, graças à Usina de Itaipu, que fornece energia barata no país.

Esse acesso a energia hidrelétrica de baixo custo incentivou fortemente o setor de mineração. Desde 2021, mais de 60 operações de mineração de cripto foram estabelecidas, atraindo cerca de US\$ 1,1 bilhão em investimentos.

Entre os principais projetos estão a instalação de 27 MW da Marathon Digital, movida por pinguins (energia refrigerada naturalmente), lançada no final de 2023. Em julho de 2024, a Hive Digital assinou acordos para desenvolver 100 MW em mineração hidrelétrica e, em março de 2025, adquiriu o data center paraguaio de 200 MW da Bitfarms por US\$ 85 milhões.

Outras mineradoras ativas em 2024–2025 incluem a Pow.re (12 MW) e a Sazmining (5 MW, embora esta última reporte cerca de 60% de disponibilidade, devido a restrições sazonais). Esses investimentos destacam o papel do Paraguai como “paraíso energético” para mineração de Bitcoin na América Latina.

Fora do setor de mineração, o uso de cripto ainda é incipiente. A Penguin Academy oferece cursos de desenvolvimento de software, e a comunidade local recentemente lançou a Câmara Paraguaia de Blockchain, com membros de diversas áreas, incluindo tokenização de ativos do mundo real, cibersegurança, ativos digitais, infraestrutura, ciberdefesa, entre outros.

A Crypto Summit del Sur, principal conferência de blockchain do país, realizou sua 3ª edição em fevereiro de 2024, em Ciudad del Este, refletindo o crescente interesse do setor.

Novas startups começam a surgir, como Signatura.co, que oferece assinaturas e certificações digitais via blockchain, e X4T, uma exchange cripto de modelo híbrido (centralizado e descentralizado). No entanto, o uso de stablecoins, protocolos DeFi, NFTs ou outros casos de uso cripto ainda é pouco expressivo no Paraguai. Bancos tradicionais também não lançaram serviços cripto relevantes até o momento.

Em resumo, o ecossistema paraguaio está se desenvolvendo com foco em mineração e conscientização. A adoção de cripto por consumidores ou empresas ainda é baixa.



Julio Ricco/Stock



REGULAMENTAÇÃO

O Paraguai ainda não possui uma legislação abrangente sobre criptoativos. Um projeto de lei que estava em tramitação há anos — e que foi vetado pelo ex-presidente em 2022 — ainda não foi retomado sob o governo do presidente Santiago Peña.

Em 2024–2025, o Congresso discutiu várias propostas, principalmente voltadas à mineração de criptoativos. Um destaque foi o projeto de lei apresentado em abril de 2024, que previa a [suspensão temporária da mineração de Bitcoin por seis meses](#), sob alegação de roubo de energia elétrica.

A proposta provocou forte reação da indústria — mineradoras alertaram que uma suspensão poderia gerar perdas de até US\$ 200 milhões por ano. Como resposta, o Senado optou por focar em medidas punitivas e [aprovou uma lei que eleva a pena por furto de energia elétrica para até 10 anos de prisão](#).

Além das propostas sobre mineração, um projeto de lei geral sobre “ativos cripto” apresentado em 2022 segue parado. Se aprovado, exigiria que provedores de serviços de cripto (exchanges, mineradoras, etc.) se registrassem no Ministério da Indústria e Comércio e cumprissem normas de prevenção à lavagem de dinheiro (AML).

Até meados de 2025, nenhuma nova legislação específica sobre cripto foi aprovada. O Banco Central do Paraguai e



os órgãos reguladores financeiros deixam claro que apenas o guarani é moeda de curso legal no país.

Em junho de 2025, [um tweet falso alegando que o Bitcoin havia sido adotado como moeda legal viralizou brevemente antes de ser rapidamente desmentido por autoridades](#) — um episódio que evidencia a ausência total de qualquer iniciativa oficial de adoção.

Na prática, a posição do Paraguai em relação a cripto é neutra, porém cautelosa: o governo não promove ativamente a adoção, mas também não a proíbe. As medidas

discutidas até agora têm como foco o impacto da mineração na rede elétrica, e não o uso de cripto por consumidores ou empresas.

Devido à falta de clareza regulatória, muitos mineradores que desejam segurança jurídica têm buscado alternativas no Brasil, onde há um ambiente regulatório mais estruturado. A regulação cripto no Paraguai segue subdesenvolvida: o ambiente atual é incerto, com o Estado mantendo uma postura essencialmente neutra, mas ligeiramente desfavorável — a cripto é tolerada, mas não possui respaldo legal claro nem incentivos estatais.



ECOSSISTEMA

A base de usuários cripto do Peru se expandiu significativamente entre 2024 e 2025. No início de 2025, estima-se que 1,28 milhão de peruanos (aproximadamente 3,7% da população) possuíam criptomoedas. Isso representa um avanço considerável em relação aos anos anteriores: em 2024, pesquisas indicaram que 17% da população já havia investido em cripto, quase o dobro do registrado em 2023. O número de usuários praticamente dobrou entre 2023 e 2024.

O país está entre os 10 maiores mercados de cripto da América Latina. [No Índice Global de Adoção Cripto da Chainalysis 2024, o Peru ocupou a 42ª posição mundial \(subindo da 49ª em 2023\)](#). A Chainalysis também classificou o Peru como o 7º maior mercado cripto da região por volume de transações e um dos 3 países com maior crescimento regional em 2024.

O interesse público por cripto cresceu ao longo de 2024. [Os downloads de apps cripto dobraram no segundo semestre](#) em relação ao primeiro, impulsionados por novas medidas de interoperabilidade que passaram a permitir a conexão entre carteiras fintech e o sistema bancário, facilitando a compra de cripto com soles peruanos (PEN) em tempo real.



No fim de 2024, a adoção varejista se acelerou: quando o Bitcoin atingiu máximas históricas em novembro e dezembro, o Peru registrou [recordes de novos usuários e volumes de negociação](#). Plataformas locais como a Lemon (lançada em meados de 2024) reportaram picos históricos de usuários ativos e volume de compra de BTC, refletindo uma onda de novos investidores motivados pela alta do mercado.

Diferente de países vizinhos, [o Peru mantém uma inflação relativamente baixa. A inflação anual caiu para 1,9% em 2024 \(contra 3,4% em 2023 e um pico de 8,4% em 2022\)](#).

Isso mostra que a adoção de cripto no país não é motivada principalmente por hiperinflação, como ocorre na Argentina, mas sim por incertezas econômicas e busca

por diversificação cambial. As stablecoins atreladas ao dólar (“cripto dólares”) são cada vez mais usadas como reserva de valor: cerca de 12% dos criptoativos detidos por peruanos em grandes plataformas são stablecoins em dólar, demonstrando a preferência por proteção cambial mesmo em um ambiente de inflação controlada.

Além do câmbio, o ecossistema de blockchain do Peru está encontrando casos de uso práticos e concretos nos setores público e privado:

Projeto piloto do Sol Digital (CBDC): o Banco Central do Peru (BCRP) iniciou um piloto da moeda digital peruana em 2024, em parceria com a operadora Bitel. [A iniciativa usa a carteira “BiPay” para distribuir valores digitais emitidos pelo banco central](#), com foco em populações



não bancarizadas de áreas rurais. Os usuários podem carregar saldo em dinheiro vivo e realizar transações digitais mesmo com conectividade limitada, via redes móveis. [O BiPay é um passo inicial rumo a uma possível CBDC peruana, facilitando transações de baixo valor com a segurança do dinheiro emitido pelo banco central em formato digital.](#)

Economias circulares Bitcoin da Motiv: Um projeto comunitário notável é liderado pela ONG Motiv, que está construindo [“economias circulares” baseadas em Bitcoin em comunidades carentes](#). Até 2023, a Motiv havia estabelecido 16 economias comunitárias centradas em

Bitcoin (“ciudadelas”) em todo o Peru, incluindo aldeias nos arredores de Lima, Cusco e na Amazônia. Nessas comunidades, os residentes e as empresas locais são educados sobre o uso do Bitcoin para transações diárias. A Motiv informou que ensinou mais de 60 mil peruanos sobre os fundamentos do Bitcoin e deu a pelo menos 3.000 pessoas acesso ao BTC por meio desse programa. A iniciativa da Motiv — inspirada na Bitcoin Beach de El Salvador — demonstra [como o blockchain pode empoderar os cidadãos peruanos sem acesso a serviços bancários em nível comunitário.](#)

[A indústria de mineração do Peru adotou a tecnologia blockchain para garantir a transparência da cadeia de suprimentos.](#) Em 2023, a Minsur, maior empresa de mineração de estanho do Peru, tornou-se a primeira mineadora de estanho do mundo a rastrear totalmente sua produção por meio da tecnologia blockchain. A Minsur anunciou que 100% de sua produção de estanho agora é rastreada em uma plataforma baseada em blockchain. Mais de 29.000 toneladas de estanho por ano estão sendo rastreadas com blockchain. Essa inovação fortalece a transparência na cadeia de suprimentos da Minsur e garante aos compradores globais a proveniência do metal. É significativo que uma empresa peruana esteja liderando esse esforço de “blockchain para a sustentabilidade” na mineração, uma iniciativa que provavelmente será seguida por outras empresas do setor.

Os esforços para expandir o ecossistema de blockchain do Peru também incluem associações industriais

e acadêmicas. [A Asociación Blockchain & DLT Perú \(ABPE\) é uma associação local sem fins lucrativos que tem atuado ativamente no compartilhamento de conhecimento.](#) Composta por empreendedores, acadêmicos e profissionais, a ABPE oferece programas gratuitos de treinamento e consultoria para promover o uso de blockchain e criptografia em empresas e no governo. Ela organiza regularmente palestras (TechTalks) e tem sido parceira institucional de grandes eventos, como a Conferência Blockchain do Peru 2025. No âmbito acadêmico, as universidades estão cada vez mais adotando a blockchain: por exemplo, a [Universidade de Lima e outras instituições organizaram webinars sobre a adoção da blockchain nas empresas.](#)

O mercado peruano é dominado por algumas plataformas latino-americanas. [A Binance tem 27% dos usuários ativos graças à sua grande liquidez, mesmo sem um escritório local.](#) Os participantes regionais Buda.com (Chile) e Buenbit (Argentina) se concentram em stablecoins; [a Buda adicionou a negociação de USDT em PER/CHI/COL no final de 2023.](#) [A Lemon foi lançada em meados de 2024 com rampas de acesso em PEN e um cartão Visa e, no início de 2025, liderou as paradas de varejo com 33% das atividades mensais e um terço dos novos downloads.](#) A Bitso sinalizou uma entrada iminente, aumentando a concorrência e dando aos peruanos mais opções de conversão de moeda fiduciária para criptomoeda.

O Banco de Crédito del Perú (BCP) [obteve aprovação para testar a compra de Bitcoin no aplicativo para 5.000](#)



Mindful Media/iStock

clientes, com custódia externa e supervisão total do governo — o primeiro banco peruano a vender criptomoedas diretamente. Os concorrentes estão observando: o BBVA Peru testou blockchains internas e coorganizou hackathons, enquanto uma nova força-tarefa multiministerial está elaborando uma política de blockchain para o setor público. Juntas, essas medidas mostram que as finanças tradicionais e o governo agora estão incorporando as criptomoedas à infraestrutura convencional do Peru.

REGULAMENTAÇÃO

A postura regulatória do Peru continua permissiva em relação às criptomoedas, mas cada vez mais supervisionada. Quatro medidas recentes definem o tom:

Regra AML para bolsas: a Resolução nº 02648-2024 da SBS (Superintendência de Bancos, Seguros e AFP) exige que todos os provedores de serviços de ativos virtuais (VASPs) sigam as mesmas regras de KYC/monitoramento de transações que os bancos e os obriga a se registrar na UIF (Unidade de Inteligência Financeira). Ela visa apenas o risco de lavagem de dinheiro e não restringe a negociação ou a custódia.

Reforma planejada do imposto de renda: a SUNAT (Autoridade Tributária do Peru) propôs adicionar ganhos com criptomoedas à Lei do Imposto de Renda para que os indivíduos os declarassem como ganhos de capital de “segunda categoria” e as empresas como lucros de “terceira categoria”. O projeto de lei ainda está em fase de

elaboração, mas sinaliza que os dias de negociação isenta de impostos estão contados.

Lei de votação por blockchain (Lei 32.270, dezembro de 2024). O Congresso aprovou a votação digital para peruanos no exterior a partir das eleições gerais de 2026, com cédulas registradas em uma blockchain autorizada para garantir imutabilidade e auditabilidade. O ONPE (Escritório Eleitoral) e o JNE (Júri Nacional de Eleições) estão agora projetando o sistema.

Sandbox CBDC (Circular 011-2024-BCRP). O banco central lançou um “Piloto de Inovação em Moeda Digital” que permite que parceiros como a Bitel testem um token lastreado em sol (“BiPay”) em zonas rurais. Os resultados orientarão uma possível CBDC nacional; nenhuma data de lançamento no varejo foi definida.

O quadro regulatório peruano, em resumo, é neutro e favorável, sem proibições, mas com salvaguardas claras contra a lavagem de dinheiro. Ele propõe uma integração gradual, com um plano tributário e uma sandbox bancária (piloto limitado do BCP com Bitcoin) para incorporar as criptomoedas às finanças convencionais. Casos de uso público pró-inovação (votação, CBDC) mostram que o Estado está disposto a implantar o blockchain onde ele resolve problemas reais.

No geral, o Peru está saindo de uma zona cinzenta legal para uma estrutura orientada para a inovação, incentivando atividades legítimas com criptomoedas.





ECOSSISTEMA

A adoção de criptomoedas na Venezuela tem evoluído em meio a um cenário de turbulência econômica e incerteza política. Com salários mínimos equivalentes a apenas US\$ 3 por mês, estima-se que cerca de 3 milhões de venezuelanos — aproximadamente 10% da população — possuíam criptoativos em 2024. O uso é menos voltado à especulação e mais como um *salva-vidas financeiro* para transações diárias, remessas e proteção da poupança.

No Índice Global de Adoção Cripto da Chainalysis 2024, a Venezuela ocupa a 14ª posição mundial, uma subida notável após não figurar entre os 20 primeiros no ano anterior. O volume de transações cripto no país cresceu 110% na comparação anual do segundo trimestre de 2024, o crescimento mais rápido da América Latina — evidência de como a cripto se tornou profundamente enraizada no cotidiano financeiro dos venezuelanos, impulsionada pela necessidade.

Um dos principais fatores para essa adoção é a inflação. Depois de passar por uma hiperinflação que atingiu 10.000.000% em 2018, a Venezuela conseguiu controlar a inflação para cerca de 50% em 2023 — ainda uma das taxas mais altas do mundo.

A desvalorização contínua do bolívar levou os cidadãos a buscar refúgio em stablecoins atreladas ao dólar americano como forma de proteção. Quase metade (47%) de

todas as transações registradas abaixo de US\$ 10.000 na Venezuela de julho de 2023 a julho de 2024 foram realizadas em stablecoins (por exemplo, USDT, USDC).

A Chainalysis confirma uma forte correlação inversa entre o valor do bolívar e a atividade criptográfica: à medida que o bolívar cai, os venezuelanos aumentam rapidamente as compras de criptomoedas (especialmente stablecoins). As stablecoins funcionam como dólares digitais, protegendo o poder de compra e permitindo o comércio e a poupança diários de uma forma que a moeda local não consegue.

Com cerca de 20% dos venezuelanos vivendo no exterior devido à crise política e econômica, os fluxos monetários transfronteiriços são enormes: cerca de US\$ 5,4 bilhões em remessas entraram no país em 2023. Aproximadamente 9% dessas remessas (US\$ 461 milhões) vieram por meio de criptomoedas, uma participação recorde que tem crescido a cada ano desde 2018.

As altas taxas e os obstáculos nos canais tradicionais (enviar US\$ 200 para a Venezuela acarreta cerca de 6% em taxas bancárias) tornam as criptomoedas uma alternativa atraente. Os migrantes venezuelanos costumam enviar USDT ou BTC para suas famílias em seu país de origem, que podem convertê-los rapidamente em moeda local ou gastá-los diretamente. Na verdade, cerca de 50% dos expatriados venezuelanos que fazem remessas agora dependem de plataformas financeiras digitais (fintech e criptomoedas) para enviar dinheiro. Essa tendência mostra a

eficiência das criptomoedas para transferências internacionais rápidas e de baixo custo, contornando os atrasos bancários e os rígidos controles cambiais da Venezuela.

Muitos freelancers e trabalhadores remotos na Venezuela são pagos em criptomoedas por clientes estrangeiros e, então, usam mercados P2P para trocá-las por bolívares quando necessário.

Por exemplo, os profissionais geralmente aceitam pagamentos em dólares por meio de plataformas no exterior, compram USDT na Binance P2P e sacam para contas bancárias locais em questão de minutos.

Esse mercado “paralelo” de cripto é tolerado tacitamente pelo governo de Nicolás Maduro, já que injeta moeda estrangeira na economia. Grandes exchanges globais não possuem operação oficial no país, mas Binance (especialmente sua plataforma P2P) e Kraken são amplamente utilizadas para transações e poupança.

Os venezuelanos confiam mais em redes peer-to-peer e informais do que em exchanges locais, usando carteiras cripto como “bancos” para guardar valor e fazer pagamentos diretos entre si.

Além da negociação, há um grupo crescente explorando serviços DeFi: a Chainalysis observou aumento no uso de exchanges descentralizadas e plataformas de empréstimo no final de 2023, à medida que as pessoas buscam rendimentos e acesso a crédito fora do alcance do governo.

O panorama de startups e projetos da Venezuela reflete seus desafios únicos. As principais iniciativas de criptomoedas incluem plataformas como a Criptobuyer, que ajudou varejistas (como as lojas de departamento Traki) a processar pagamentos em criptomoedas, e a AirTM, uma carteira digital frequentemente usada para trocar bolívares, criptomoedas e dólares no mercado peer-to-peer.

Iniciativas comunitárias também surgiram: a rede social da blockchain Hive tornou-se uma fonte de renda para criadores de conteúdo venezuelanos que ganham recompensas em criptomoedas, e o país já foi um centro de jogos play-to-earn (jogue para ganhar) por meio do Axie Infinity, onde milhares ganharam tokens para sobreviver à hiperinflação. No entanto, esses booms anteriores (por exemplo, o dinheiro digital Dash sendo aceito por comerciantes ou projetos baseados em EOS) esfriaram bastante em 2024, à medida que os usuários passaram a preferir ativos mais líquidos e estáveis.

Stablecoins e Bitcoin agora dominam o uso diário, ofuscando as altcoins de nicho. Ainda assim, o impacto social das criptomoedas persiste: ativistas e ONGs têm aproveitado isso para ajuda humanitária, exemplificado quando profissionais de saúde venezuelanos receberam ajuda pandêmica em stablecoins para contornar os controles estatais.

REGULAMENTAÇÃO

O ambiente regulatório da Venezuela para criptoativos tem passado por fortes oscilações entre janeiro de 2024



e junho de 2025, marcado por ações repressivas e instabilidade institucional.

ASUNACRIP (Superintendência Nacional de Criptoativos), órgão regulador dedicado ao setor, está praticamente paralisada desde março de 2023, quando seu então superintendente, Joselit Ramírez, foi preso no centro de um escândalo de corrupção envolvendo troca de petróleo por criptoativos.

Em 2024, o governo iniciou um amplo processo de reestruturação da SUNACRIP. O presidente Nicolás Maduro prorrogou várias vezes o prazo da auditoria interna da agência — que inicialmente duraria seis meses —, transformando-a numa revisão de dois anos, que se estende até 2025. Durante esse período, funções normais da SUNACRIP, como emissão de licenças e publicação de regulamentações, ficaram suspensas. Em março de 2024, o governo sinalizou uma intenção de reviver a supervisão cripto, nomeando um novo conselho para a SUNACRIP e reconhecendo oficialmente uma nova associação

setorial, a CAVEMCRIP, para atuar como órgão consultivo na formulação de normas. No entanto, até meados de 2025, nenhuma política concreta foi publicada, mantendo um ambiente de incerteza regulatória para empresas e usuários.

Na prática, o governo optou por medidas punitivas, em vez de fomentar inovação regulatória. No início de 2024, a repressão à mineração e ao comércio cripto foi intensificada. Citando sobrecarga no sistema elétrico, autoridades decretaram uma proibição nacional à mineração

de criptomoedas em maio de 2024, ordenando o encerramento até mesmo de operações previamente licenciadas. Essa não foi uma medida isolada — ela seguiu o fechamento de várias fazendas de mineração em 2023 durante a investigação de corrupção envolvendo o ex-chefe da SUNACRIP, Joselit Ramírez.

No que diz respeito às exchanges, a lei venezuelana exige que todas as plataformas de cripto e remessas estejam licenciadas pela SUNACRIP. Porém, com o órgão inativo, não há licenciamento viável, e o governo passou a perseguir atividades não regulamentadas: houve bloqueios de sites de exchanges estrangeiras e prisões de indivíduos operando mesas de negociação ilegais. Desde 2022, vigora uma lei que aplica impostos de até 20% sobre transações em moeda estrangeira ou cripto, reforçando o receio estatal em relação à “dolarização digital”. A aplicação dessas leis e das normas de AML tem sido irregular, mas o enquadramento jurídico deixa claro que a cripto não é incentivada como moeda alternativa.

As sanções internacionais moldam fortemente o panorama regulatório. O governo Maduro já tentou usar cripto para contornar sanções dos EUA — o Petro, token estatal já extinto, foi uma dessas tentativas.

Em resposta, os EUA intensificaram a repressão a fluxos ilícitos de criptoativos: em 2023, o Departamento de Justiça dos EUA indiciou autoridades venezuelanas por esquemas de corrupção e evasão via cripto. Em 2024, ao surgir a notícia de que a Venezuela buscava vender



Gabriela Navarro/iStock





petróleo em cripto, a Tether congelou milhões em USDT ligados a entidades venezuelanas, para cumprir sanções internacionais. Essas pressões levaram grandes exchanges globais a adotar políticas de compliance rígidas — algumas restringiram ou monitoram intensamente contas de usuários venezuelanos. Como resultado, Caracas passou a controlar o uso de criptoativos com cautela e hostilidade, sem chegar a proibi-los totalmente.

Atualmente, o ambiente regulatório venezuelano pode ser classificado como hostil à cripto. Em teoria, Bitcoin e outros

criptoativos são legais, podendo ser usados e detidos por pessoas físicas. Na prática, no entanto, operam em uma zona cinzenta. O governo tolera o uso cripto apenas quando o vê como benéfico à estabilidade macroeconômica (como no caso das remessas), mas reprime rapidamente qualquer uso que ameace seu controle, como evasão de capitais ou mineração sem autorização. Empresas enfrentam uma rede confusa de exigências legais: qualquer operação formal (exchange, plataforma de pagamento ou mineradora) exige autorização governamental, que não tem sido concedida desde o colapso da SUNACRIP.

Há falta de consistência regulatória — regras mudam com frequência e a aplicação é arbitrária, gerando altos riscos operacionais. O regime enxerga a cripto mais como uma ferramenta a ser controlada ou usada estrategicamente, do que como um setor a ser estimulado. Enquanto não houver estabilidade institucional e um marco legal claro, investidores estrangeiros enfrentarão um ambiente altamente incerto e arriscado. A posição mais prudente, por ora, é tratar a Venezuela como uma jurisdição não amigável à criptoformal, mesmo que a adoção popular siga crescendo por pura necessidade econômica.



O QUE DIZEM OS DESENVOLVEDORES BLOCKCHAIN?

O interesse de grandes empresas por desenvolvedores latino-americanos está transformando a região em um centro digital de destaque. Segundo a [Statista](#), atualmente, Argentina, Brasil e México já concentram mais de 800.000 desenvolvedores de software.

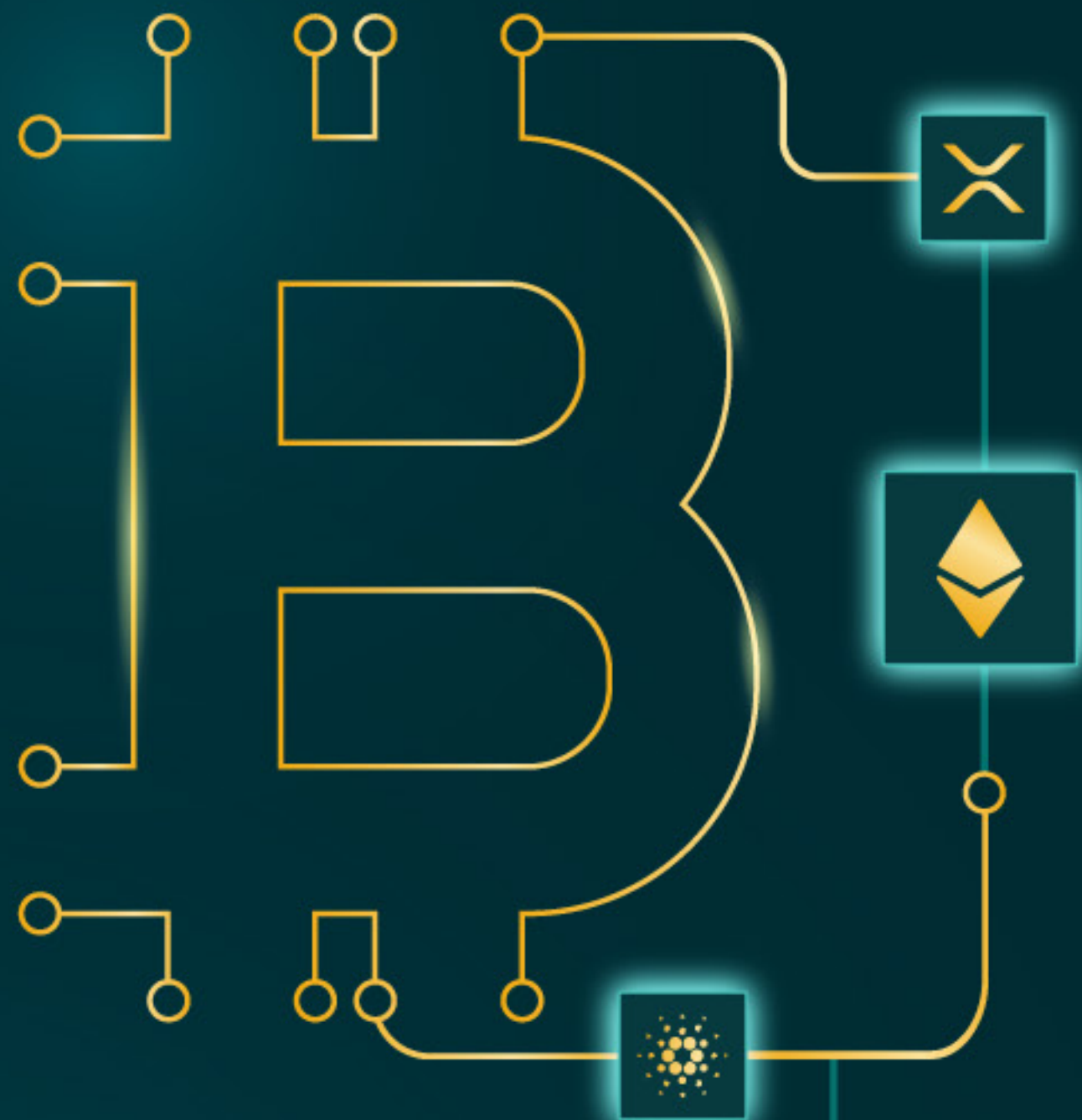
Embora a maior parte ainda atue com tecnologias tradicionais, os primeiros dados sobre Web3 indicam que a região também começa a ganhar relevância nessa nova fase da internet, ainda que a participação de profissionais da área represente uma parcela pequena do total. De acordo com a [Electric Capital](#), a América do Sul reúne cerca de 5% dos desenvolvedores cripto do planeta.

Aplicamos um questionário online com desenvolvedores blockchain que serve como uma lupa exploratória sobre

nuances ainda pouco mapeadas especificamente para o ecossistema de blockchain latino-americano.

Com o avanço do trabalho remoto em escala global, a localização geográfica deixou de ser um fator decisivo na contratação de profissionais. Isso tem levado muitos desenvolvedores da América Latina a se adaptarem cedo a boas práticas de trabalho remoto e ao domínio do inglês técnico.

Tudo indica que essa inserção dos profissionais de tech da região no mercado global de desenvolvimento web deve se manter também na era da Web3, que é impulsionada por infraestruturas descentralizadas, pagamentos nativos em stablecoins e oportunidades de trabalho remoto ainda mais flexíveis.



Metade dos respondentes já receberam propostas para trabalho internacional.



Um terço já atua em vagas estrangeiras.

Outro ponto citado pelos profissionais foi a utilização de alguma ferramenta autônoma de aprendizado, ao aprender como codificar contratos inteligentes.



Cursos online, hackathons e bootcamps, foram os mais citados.

15%

afirma nunca ter participado de eventos, hackathons ou meetups.

Tipos de projetos em andamento:



Soluções de compliance e DeFi lideram.



Ferramentas de segurança, stablecoins, tokenização e experimentos de escalabilidade com provas de conhecimento-zero aparecem logo após

O panorama atual revela um setor mais seletivo e maduro: as soluções em blockchain que ganham tração hoje deixam claro que a tecnologia é adotada para resolver problemas reais de confiança, transparência ou coordenação entre múltiplas partes. A ênfase crescente em produtos de governança mostra que o ecossistema valoriza não apenas a inovação financeira por entusiasmo tecnológico, mas também a construção de credibilidade institucional.

“ Nem todos os casos de uso são adequados para blockchain e vimos o auge da euforia pela nova tecnologia, onde pensam que blockchain ou web3 é como uma palavra mágica que vai resolver tudo. Se não há falta de confiança entre as entidades que estão acessando as mesmas informações ou não há troca de valor com muitos intermediários, então possivelmente não vale a pena usar essa tecnologia.”



Edgar Fernandez, Diretor de Finanças e Relações Corporativas da Edenia

Cada vez mais, a escolha da blockchain deixa de ser ditada por promessas de retorno rápido e passa a levar em conta fatores concretos que afetam o trabalho diário dos desenvolvedores. O ambiente de desenvolvimento, entrosado com a bagagem técnica do time, torna-se um bom filtro para decidir onde construir.



Primeiro critério:
Ferramentas de desenvolvimento intuitivas, exemplos prontos e documentação objetiva.



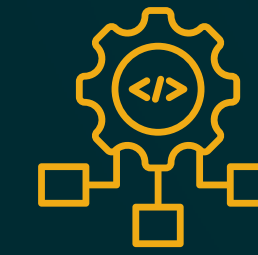
Segundo critério:
Maturidade e estabilidade do protocolo

O que sugere a preferência dos profissionais por “redes já testadas” um bom histórico, desempenho em produção e presença de projetos vivos como sinais de que a cadeia não lhes trará surpresas no meio do caminho.

Terceiro critério: empate entre três:



Acesso a bolsas, prêmios de hackathon ou outros incentivos financeiros.



Arquitetura técnica, entendida como capacidade de escalar sem sobrecarregar taxas.



Tamanho real ou potencial da base de usuários

Isso mostra que o cálculo do dev latino-americano mistura pragmatismo econômico (“quem paga ou subsidia meu projeto?”) e leitura estratégica (“quem vai de fato usar o que eu construir?”).





ArthurHidden/FreePik

Mas quando ampliamos o foco para adoção massiva da tecnologia blockchain por parte do usuário comum, na opinião dos desenvolvedores respondentes, aparecem problemas já conhecidos que formam uma tríade que trava o avanço para além do mundo cripto-nativo:



Suporte insuficiente ao usuário final.



Reputação da tecnologia manchada por golpes.



Quadro regulatório nebuloso.

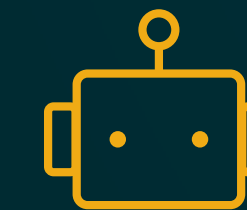
Esse cenário de impasses técnicos e institucionais se reflete nos espaços de troca presencial. A sensação de apoio é descrita como irregular: poucos relatam acesso pleno a mentorias e recursos, enquanto muitos oscilam entre ajuda pontual e quase nenhuma assistência organizada.

No campo das ferramentas, a presença de assistentes de código baseados em IA, como Google Jules, Codium, Poolside ou Amazon Q, mostra entusiasmo pela sinergia entre IA e blockchain, e acreditam que blockchain e a IA podem se complementar em projetos, produtos e serviços, mas esse entusiasmo vem acompanhado de ressalvas.

Os respondentes acreditam que:



A IA ainda não entende muito bem os padrões e riscos de segurança do blockchain.



O código que a IA gera para smart contracts sempre precisa ser totalmente reescrito.

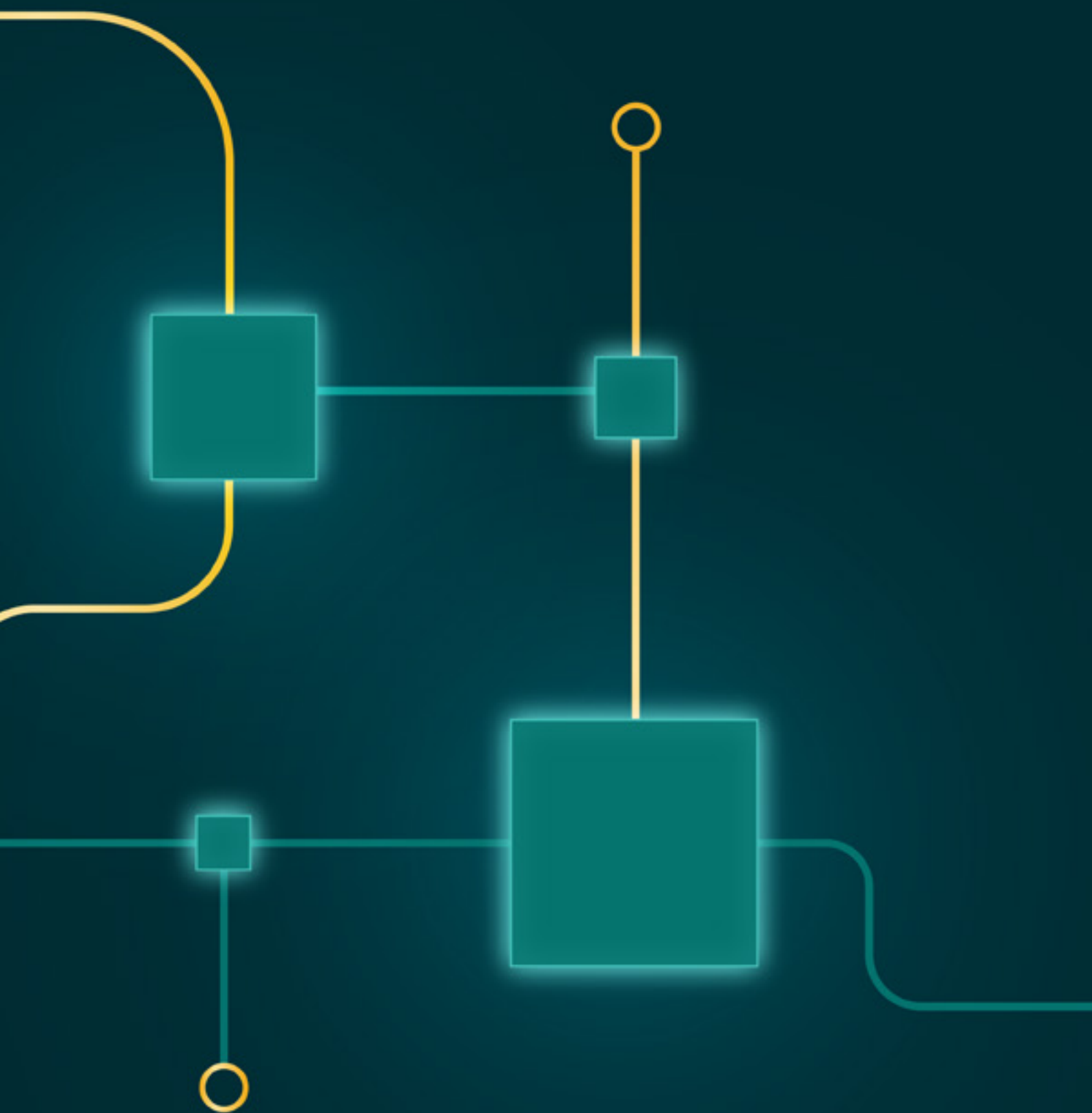


A maioria das ferramentas de IA ainda produz códigos inseguros e inconsistentes.

Como análise final, a opinião dos desenvolvedores entrevistados retrata uma comunidade em expansão e em direção a uma sólida maturidade técnica, disputada por mercados externos e de que precisa resolver gargalos de segurança, usabilidade e confiança institucional para que a América Latina assuma, mais uma vez, um espaço de destaque no cenário da tecnologia mundial, assim como na web2.



ANÁLISE DE DADOS ONCHAIN

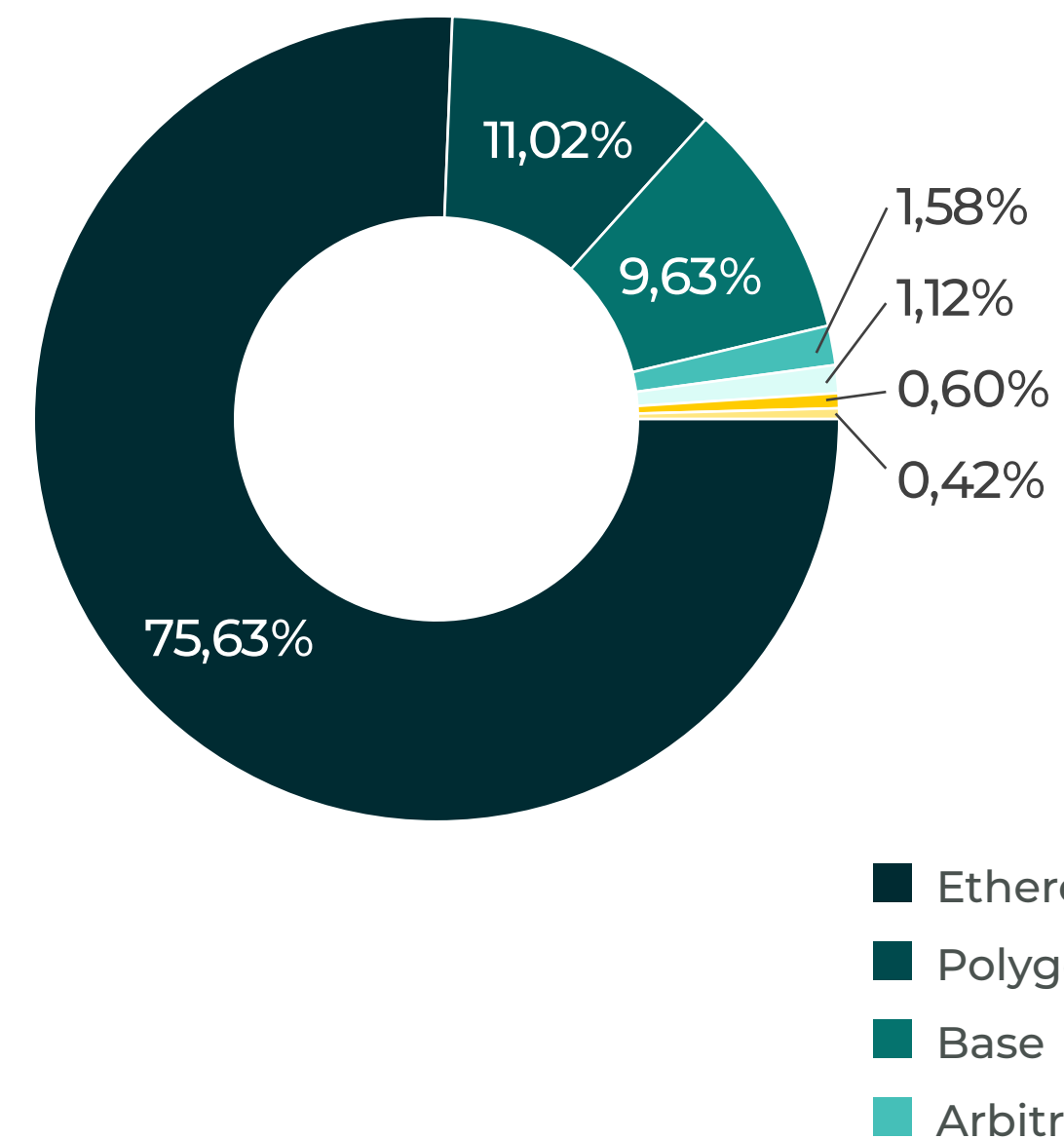


Nos últimos cinco anos, acompanhamos a adoção de blockchain na América Latina por meio de mapeamento do ecossistema, análise regulatória e pesquisa qualitativa. Agora, pela primeira vez, complementamos esses insights com dados on-chain: transações executadas por carteiras identificadas como geograficamente localizadas na América Latina.

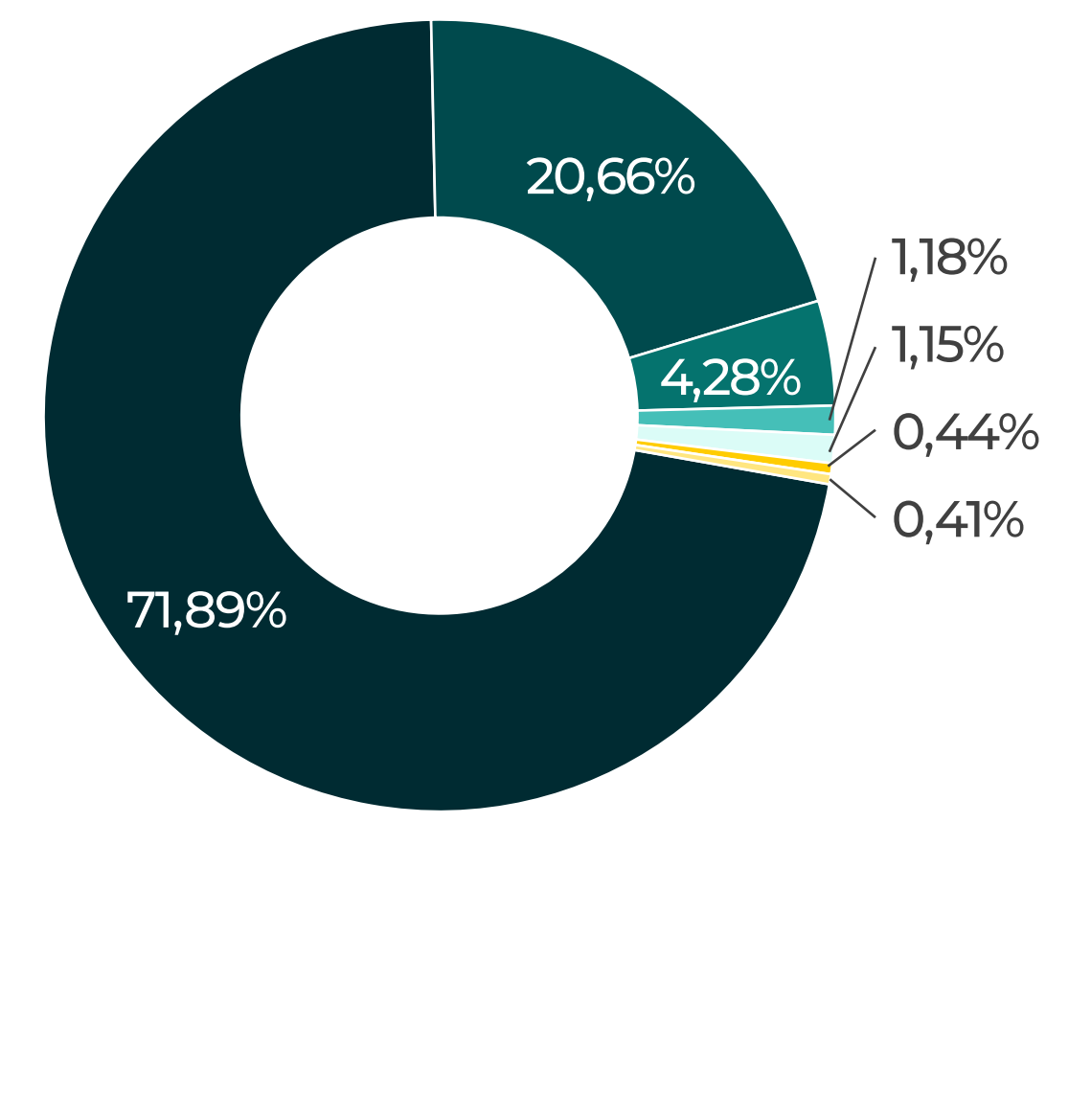
Analisamos 697 mil transações rotuladas nas principais redes compatíveis com EVM ao longo dos últimos 12 meses, além do mês de junho de 2025 como um retrato mais recente. Também examinamos os últimos 18 meses e comparamos o primeiro semestre de 2024 com o primeiro semestre de 2025.

Isso nos permite medir tendências de crescimento, mudanças na participação de mercado e boas práticas adotadas pelas principais redes.

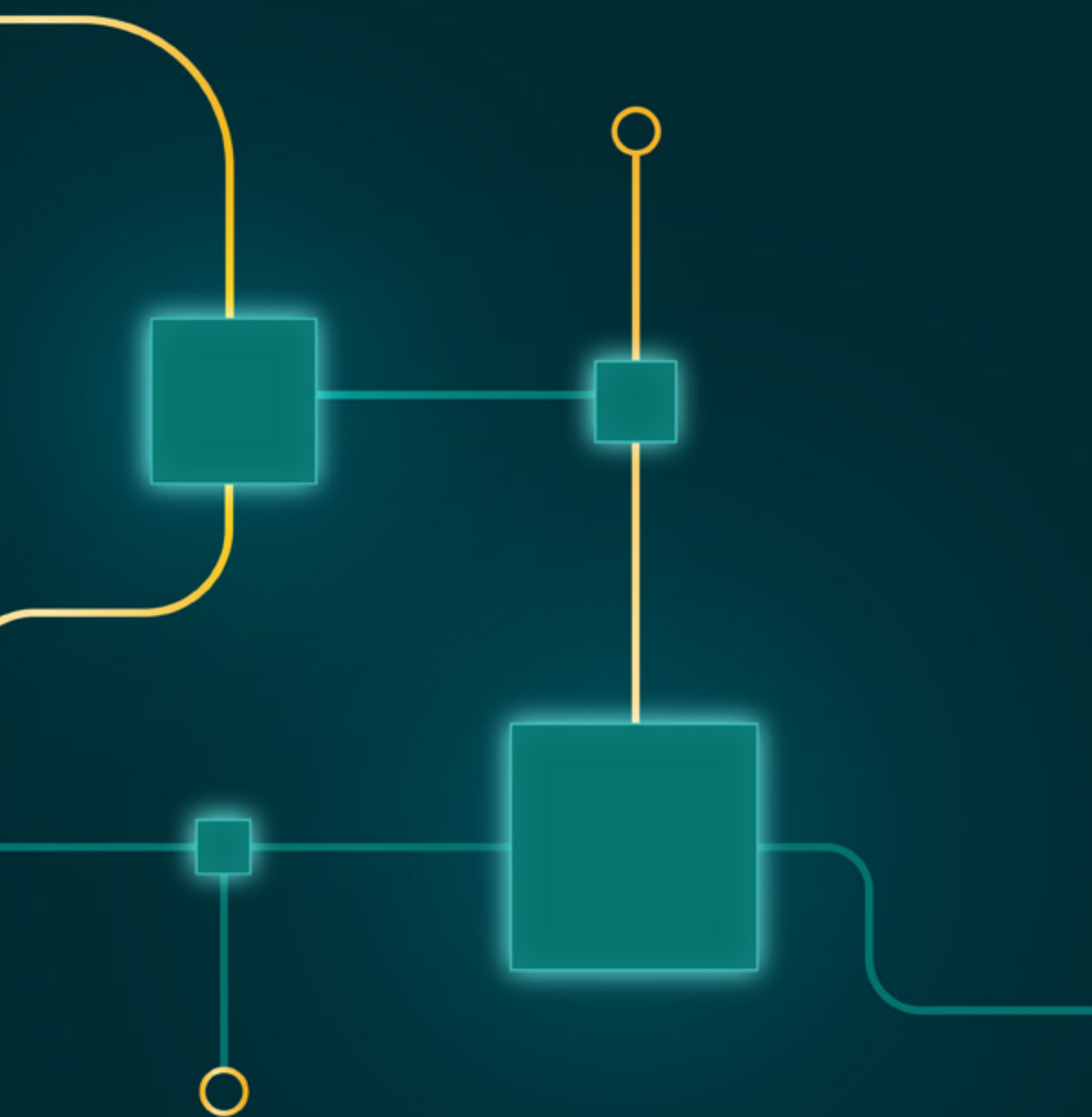
Transações rotuladas na América Latina
(Junho 2024 - Junho 2025)



Transações rotuladas na América Latina
(Junho 2024 - Junho 2025)



METODOLOGIA E LIMITAÇÕES



Por ser a primeira pesquisa regional desse tipo, enfrentamos desafios metodológicos. Coletar dados geolocalizados em blockchains é complicado, já que essas redes são, por design, pseudomonas devido ao uso de criptografia. Diferente de logs da web, em que um IP pode ser vinculado a um local, usuários de blockchain aparecem apenas como endereços criptográficos, sem informações geográficas embutidas — o que torna o processo de identificação da localização de uma carteira lento e muitas vezes impreciso.

Testamos diversas ferramentas de análise, mas nenhuma forneceu o nível de detalhe por país que precisávamos para a América Latina. O melhor equilíbrio entre cobertura e transparência veio do sistema público de rotulagem da Dune Analytics, que associa endereços a metadados fornecidos pela comunidade ou por listas importadas.

Nossa metodologia consistiu em consultar as tabelas públicas de “labels” da [Dune](#) para mapear endereços de carteiras por região geográfica, e então cruzar com o número de transações por blockchain. Esse método evita o uso de heurísticas baseadas em IP, mas herda duas limitações já conhecidas:

- Viés de cobertura: apenas carteiras rotuladas publicamente aparecem na amostra.
- Viés de rede: a cobertura de rótulos é maior em blockchains compatíveis com EVM; redes como Solana, XRP-Ledger, Chilliz e outras ainda têm baixa rotulagem, o que torna sua presença na América Latina praticamente invisível neste estudo.

Apesar de oferecer insights relevantes, essa abordagem tem limites claros: muitas carteiras seguem sem rótulo, algumas transações não foram capturadas nas tabelas consultadas, e a cobertura de metadados é mais fraca em determinadas redes. Esses fatores podem comprometer parte dos resultados.

Considere os números como uma estimativa bem fundamentada — um retrato confiável das tendências regionais. Continuaremos testando novas fontes de dados e aprimorando o processo para entregar uma visão cada vez mais precisa da atividade blockchain na América Latina.

Se membros da comunidade de outras blockchains tiverem dados consistentes para compartilhar e complementar esta pesquisa, analisaremos as contribuições e poderemos incluí-las no relatório. Este é um processo contínuo, e estamos abertos a receber feedback.



DADOS ONCHAIN: PRINCIPAIS INSIGHTS

Nos últimos 12 meses, observamos a dominância do Ethereum, que concentra 75% da atividade blockchain na América Latina.

Polygon e Base completam o top 3, cada uma com aproximadamente 10% da atividade, formando o segundo escalão. No terceiro escalão estão Arbitrum, Avalanche, Optimism e BNB, cada uma com uma atividade rotulada variando entre 0,5% e 1%.

Observando o mês de junho de 2025 isoladamente, o Ethereum continua liderando, com 72% da atividade. A principal mudança ocorreu no segundo escalão: houve um aumento significativo na atividade da Polygon, que passou de 11% nos últimos 12 meses para 20% das transações em junho de 2025. Já a Base apresentou uma queda, de cerca de 10% para 4,2% da atividade rotulada no mesmo período comparado.

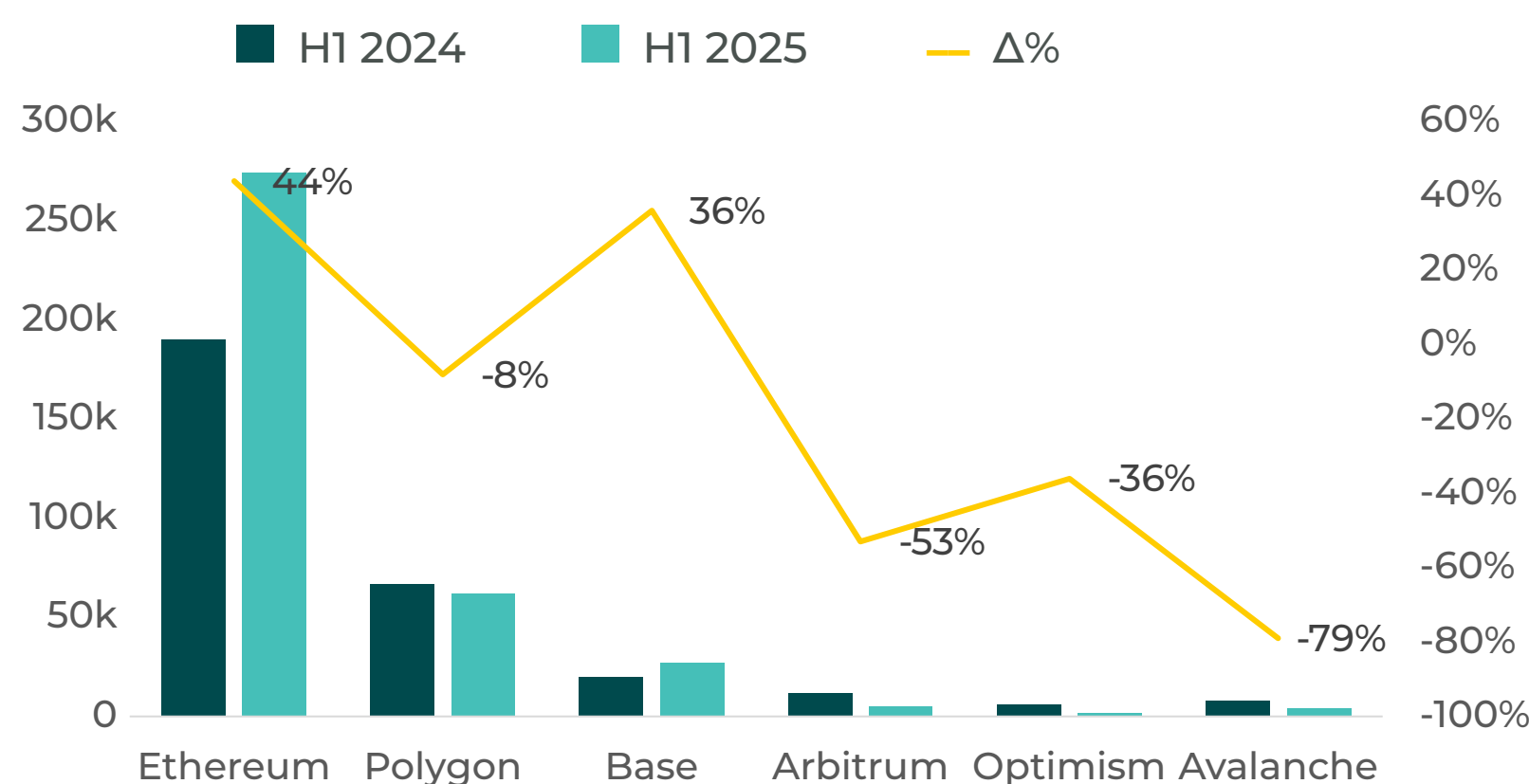
COMPARAÇÃO ENTRE O 1º SEMESTRE DE 2024 E O 1º SEMESTRE DE 2025

Ao analisar os últimos 18 meses e comparar o primeiro semestre de 2024 (H1 2024) com o primeiro semestre de 2025 (H1 2025), é possível observar o crescimento ou a queda na atividade das redes, e tentar entender quais eventos ou dinâmicas do ecossistema influenciaram esses números.

Ethereum e Base se destacam em termos de crescimento de atividade, com o Ethereum aumentando sua movimentação em 44% e a Base em 36% na comparação ano a ano (YoY).

No mesmo período, a Polygon apresentou uma leve queda de 8%. Já Arbitrum (-53%), Avalanche (-36%) e Optimism (-79%) sofreram quedas relevantes de atividade, o que sugere que essas redes deveriam olhar para a América Latina com mais atenção.

Crescimento (1ºS 2024 - 1ºS 2025)



chain	1ºS 2024	1ºS 2025	Δ%
Ethereum	190k	274k	+44%
Polygon	67k	62k	-8%
Base	20k	27k	+36%
Arbitrum	12k	5k	-53%
Avalanche	6k	4k	-36%
Optimism	8k	2k	-79%
total	303k	374k	+23%

FUNDAMENTOS POR TRÁS DOS DADOS

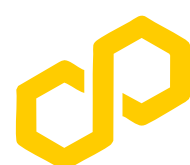
Quais são os principais fatores que explicam a participação de mercado das três blockchains mais utilizadas na América Latina?



Ethereum: Ecossistema e Comunidade (Participação de mercado: 75,6% | Crescimento YoY: +44%)

O Ethereum lidera a atividade na América Latina, e acreditamos que isso se deve a três fatores principais:

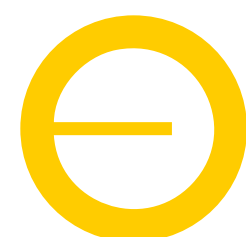
- Atração das stablecoins: USDC, USDT e tokens atrelados a moedas fiduciárias locais circulam prioritariamente no Ethereum e suas L2s – o que sugere que o ecossistema Ethereum impulsiona a atividade de volta para a camada principal (L1).
- Confiança institucional: Com 10 anos de histórico, rampas reguladas de entrada e saída, e opções de custódia qualificadas, o Ethereum atrai bancos, fintechs e empresas.
- Engajamento comunitário: Dezenas de eventos locais e internacionais – como Devcon Bogotá (2022), Ethereum Rio, ETHLatam, ETHSamba, diversos meetups, bootcamps de Solidity e o Devconnect planejado para a Argentina – ajudam o Ethereum a fortalecer sua presença, reter talentos e concentrar liquidez e inovação na região.



Polygon: Foco em Desenvolvimento de Negócios (Participação de mercado: 11%)

A Polygon se consolidou como a blockchain corporativa na América Latina, graças a uma estratégia agressiva de parcerias:

Empresas como Mercado Livre, Nubank, Itaú Unibanco, Mercado Bitcoin e Coca-Cola têm parcerias com a Polygon, gerando casos de uso empresariais e posicionando a rede como a opção preferida para pilotos corporativos e tokenização no Brasil, México e Colômbia. Isso explica por que sua atividade nos últimos 12 meses (77 mil transações) se mantém resiliente, mesmo com a concorrência de outras L2s.



Base: O Fator Coinbase (Participação de mercado: 9,6% | Crescimento YoY: +36%)

A Base tornou-se a L2 que mais cresce na América Latina, impulsionada pela Coinbase e suas integrações:

- Ponte CeFi <> DeFi: A integração nativa da Coinbase oferece acessibilidade ao varejo como nenhuma outra plataforma.
- Circle & USDC: A ponte com taxa zero e a emissão nativa tornam os corredores de remessa mais competitivos em termos de custo.
- Buzz da comunidade: Aplicativos sociais como o Farcaster, comunidades de NFTs e a “meme season” de 2024 impulsionaram a notoriedade da rede e fomentaram dezenas de milhares de carteiras.
- Mesmo após o fim dos incentivos, a adesão se manteve: 27 mil transações no 1º semestre de 2025 (+36%

YoY) mostram que a Base converteu parte da empolgação inicial em atividade recorrente.

A ausência de redes como Solana, XRP Ledger, Chiliz e outras neste relatório reflete lacunas de rotulagem, e não necessariamente baixa adoção. Para ecossistemas fora do padrão EVM, sistemas públicos de rotulagem (ou equivalentes) estão se tornando uma infraestrutura essencial para que analistas independentes consigam medir a tração regional.

Outro ponto importante: os dados da BNB Chain foram removidos da comparação entre H1 2024 e H1 2025, pois em H1 2024 foram registrados 242 mil transações rotuladas, e esse número caiu drasticamente para 1.800 em H1 2025. Acreditamos que isso se trata de uma falha na rotulagem, e mantê-los na análise poderia gerar conclusões enganosas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal caso de uso de criptoativos na América Latina continua sendo a transferência e custódia de stablecoins.

Segundo [estimativas da Chainalysis](#) para o período de julho de 2023 a junho de 2024, a América Latina apresentou o maior crescimento global nas transações com stablecoins de até 1 milhão de dólares, com um aumento de aproximadamente 40% ano a ano. Esse ritmo superou ligeiramente o da África Subsaariana e ficou muito acima dos avanços registrados no Leste Asiático e na Europa Oriental. As demais regiões apresentaram crescimentos mais modestos, reforçando o protagonismo da América Latina como um dos mercados que mais adotam stablecoins para pagamentos e preservação de valor.

As stablecoins ajudam os latino-americanos a proteger seu patrimônio da inflação, driblar controles cambiais e realizar remessas a custos muito inferiores aos tradicionais. Esses casos de uso têm sido os principais vetores de adoção no continente.

O relatório qualitativo mostra como as stablecoins são relevantes em toda a região, com destaque especial para Argentina, México, Colômbia, Venezuela e Brasil.

Dados do próprio Banco Central do Brasil indicam que as stablecoins já representam [“quase 70% de todas as transações com criptoativos”](#) rastreadas no país — tendência

forte o suficiente para motivar o Congresso Nacional a redigir um sandbox regulatório específico para esse tipo de instrumento.

As redes EVM como Ethereum, Polygon e agora Base oferecem os maiores volumes de liquidez para USDC, USDT e tokens atrelados a moedas locais, além da infraestrutura necessária (on-ramps, off-ramps e custódia regulada) para que aplicativos voltados ao consumidor funcionem com conformidade. Enquanto outras redes não conseguem igualar essa combinação, continuarão sendo periféricas nas métricas de uso na América Latina.

Do ponto de vista estratégico, os dados sugerem três conclusões principais. Primeiro, o campo gravitacional do Ethereum está se fortalecendo, mas a atividade está se fragmentando dentro do próprio ecossistema: a narrativa está deixando de ser “mainnet versus alternativas” para uma topologia multi-hub em L2, onde Base, Polygon, Arbitrum e Optimism competem por carteiras e espaço em bloco. Resta observar como o ecossistema Ethereum continuará evoluindo.

Segundo, qualquer rede que queira escalar na América Latina, no contexto atual, precisa começar com uma proposta clara envolvendo stablecoins — só depois pode construir camadas adicionais com DeFi, games ou aplicações sociais.

Terceiro, transparência nos dados importa: outras redes poderiam aumentar sua relevância e visibilidade



simplesmente expandindo seus sistemas públicos de rotulagem, permitindo que analistas enxerguem o que já está acontecendo on-chain.

Por fim, vale lembrar uma limitação metodológica: as transações que contamos não representam toda a atividade cripto na região — longe disso.

As exchanges custodiais absorvem grande parte dos fluxos de varejo, e muitas carteiras de autocustódia ainda não estão rotuladas. Mesmo assim, a comparação equivalente entre 2024 e 2025 captura um impulso real e revela uma região que continua adicionando usuários on-chain em ritmo acelerado.

À medida que o cenário regulatório amadurece e mais endereços passam a ter rótulos geográficos, as próximas edições deste relatório deverão ser capazes de oferecer uma visão mais precisa em nível de país, com insights ainda mais aprofundados. Esperamos que este primeiro retrato forneça alguns direcionamentos estratégicos para quem está construindo na América Latina.



SHERLOCK COMMUNICATIONS

A **Sherlock Communications** é uma agência de comunicação multipremiada com atuação em toda a América Latina. Com escritórios no Brasil, Peru, Colômbia, Chile, México, Argentina, Panamá, Costa Rica e Guatemala, contamos com **uma equipe multidisciplinar e totalmente bilíngue**. Nossa missão é ajudar empresas a superar barreiras comerciais e culturais entre os mercados latino-americanos e internacionais.

Foi nomeada **Melhor Agência Internacional 2024** e **Melhor Agência LATAM 2025 pelo PRWeek Global Awards**. A Sherlock Communications ganhou e foi altamente recomendada para mais de 55 prêmios globais nos últimos dois anos, e foi nomeada a **segunda agência mais criativa do mundo** e a **mais criativa da América Latina** pelo The Holmes Report's Creative Index.

Para mais informações, envie um e-mail para contact@sherlockcomms.com

Sócio-gerente Patrick O'Neill | **Gerente de pesquisa** Sarah O'Sullivan | **Gerente de projeto** Luisa Calixto

Pesquisador líder Luiz Eduardo Abreu Hadad | **Pesquisador Onchain** Felipe Faria

Líder de Design Criativo Rosy Duarte | **Designer Criativo Senior** Érica Duarte | **Designer Criativo** Amanda Assis Amorim